



ISPA

INSTITUTO UNIVERSITÁRIO
CIÊNCIAS PSICOLÓGICAS, SOCIAIS E DA VIDA

**OS EFEITOS DA CONTROLABILIDADE, NORMALIDADE E
TIPO DE CRIME, SOBRE:**

**GERAÇÃO DE PENSAMENTOS CONTRAFACTUAIS,
REACÇÕES EMOCIONAIS E ATRIBUIÇÕES DE CULPA.**

DANIEL GONÇALVES MARTINS LOPES

Orientador de Dissertação:

PROFESSOR DOUTOR PEDRO ALMEIDA

Coordenador de Seminário de Dissertação:

PROFESSOR DOUTOR PEDRO ALMEIDA

Tese submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de:

MESTRE EM PSICOLOGIA

Especialidade em Psicologia Social e das Organizações

2015

Dissertação de Mestrado realizada sob orientação do Professor Doutor Pedro Almeida, apresentada no ISPA – Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida, para obtenção do grau de Mestre na especialidade de Psicologia Social e das Organizações.

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer ao meu orientador de Tese de Fim de Curso, o Professor Doutor Pedro Almeida pelo apoio, objectividade, experiência e incentivo; para levar este trabalho ao seu término.

Houve várias pessoas que me apoiaram e incentivaram durante o período em que fiz este trabalho, que por serem muitas, eu me abstenho de nomear, só para não correr o risco de cometer a injustiça de deixar alguém de fora. Desta forma sou o mais inclusivo possível neste agradecimento que faço.

Por fim não posso deixar de demonstrar admiração e apreço, por todos os investigadores da temática do Pensamento Contrafactual citados neste trabalho, porque tenho deles uma enorme admiração. O Pensamento Contrafactual é uma estratégia cognitiva indispensável no funcionamento mental saudável dos seres humanos, e que todos nós usamos todos os dias implicitamente sem darmos por isso. Considero de extrema relevância o estudo desta temática e por isso não posso deixar de mostrar o meu apreço por todos os que se dedicam a investiga-la e se dedicaram a esta mesma tarefa no futuro.

NOME: Daniel Gonçalves Martins Lopes

Nº ESTUDANTE CURSO: 8072

ÁREA DE ESPECIALIZAÇÃO: Psicologia Social e das Organizações

ANO LECTIVO: 5º

ORIENTADOR: Prof. Dr. Pedro Almeida

DATA: 26-11-2015

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: Os Efeitos da Controlabilidade, Normalidade e Tipo de Crime, sobre: Geração de Pensamentos Contrafactuais, Reações Emocionais e Atribuição de Culpa.

RESUMO

O objectivo principal deste trabalho propõe-se analisar o impacto dos factores Controlabilidade, Normalidade e Tipo de Crime na geração de pensamentos contrafactuais, atribuições sobre os sentimentos da vítima e atribuições de culpa tanto sobre o autor do acto e sobre a vítima, por parte dos sujeitos de estudo após a leitura de um cenário. Criaram-se oito grupos de sujeitos e cada grupo foi dado um de oito cenários diferentes que divergiam entre: situação controlável vs. situação não controlável, situação normal vs. situação excepcional e crime de insulto vs. crime de agressão física. Os resultados indicam que estes três factores têm de facto impacto sobre as variáveis acima descritas, embora a sua relevância e abrangência tenda a diferir de acordo com a especificidade da variável dependente em análise, sobre as quais um dos três factores específicos se aplica. Notou-se no entanto que em variáveis dependentes focadas na vítima, o factor controlabilidade assumiu mais preponderância no que diz respeito a valores estatisticamente significativos entre grupos.

Palavras-chave: *Pensamento Contrafactual; Controlabilidade; Normalidade*

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO EM INGLÊS: The Effect of Controlability , Normality and Type of Crime, in Generating Counterfactual Thoughts, Emotional Reactions and Guilt Attributions.

ABSTRACT

The main purpose of this investigation was to analyze the impact of factors such as: Controlability, Normality and type of crime; in what counterfactual thought generation by the test subjects is concerned, and also in relation to the feelings of victims, and guilt attributions about the behavior of a victim and the behavior an attacker. Eight subject groups were created and to each was given one of eight created scenarios that differed between themselves in: controllable situation vs. uncontrollable situation, normal situation vs. exceptional situations and the crime of insult vs. the crime of physical aggression. The results showed that these three factors do have an impact over the variables mentioned above, although its relevance tend to differ in relation to the specificity of the dependent variable in question regarding which one of the three factors that would apply to it. We noted however that in what victim focused dependent variables are concerned, controllability assumed a more relevant role in what concerns statistical significant values between groups.

Keywords: *Counterfactual Thinking; Controlability; Normality*

ÍNDICE

ÍNDICE DE TABELAS	VII
ÍNDICE DE FIGURAS	VIII
REVISÃO DE LITERATURA	1
<i>Direcção</i>	2
<i>Estrutura</i>	3
<i>Focalização</i>	4
<i>Teoria Normativa</i>	4
<i>Mutabilidade</i>	5
<i>Considerações Motivacionais</i>	6
<i>Controlabilidade</i>	7
<i>Normalidade</i>	9
<i>Aspectos Legais e Pensamento Contrafactual</i>	10
MÉTODO	13
<i>Amostra</i>	13
<i>Delineamento</i>	13
<i>Instrumento</i>	13
<i>Procedimento</i>	14
RESULTADOS	16
<i>Pensamentos Contrafactuais</i>	17
<i>O quanto a Vítima se sentiu mal</i>	18
<i>O quanto a Vítima se sentiu culpada</i>	19
<i>O quanto a Vítima se sentiu arrependida</i>	21

<i>Gravidade do Tipo de Crime</i>	23
<i>Responsabilidade do autor do acto pelo sucedido</i>	25
<i>Responsabilidade da vítima pelo sucedido</i>	27
<i>Número de pensamentos contrafactuais gerados pelos sujeitos</i>	29
DISCUSSÃO	31
<i>O quanto a Vítima se sentiu mal</i>	32
<i>O quanto a Vítima se sentiu culpada</i>	33
<i>O quanto a Vítima se sentiu arrependida</i>	34
<i>Gravidade do Tipo de Crime</i>	35
<i>Responsabilidade do autor do acto pelo sucedido</i>	36
<i>Responsabilidade da vítima pelo sucedido</i>	37
<i>Conclusão</i>	38
REFERÊNCIAS	40
ANEXO A	44
ANEXO B	45

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Lista de Variáveis dependentes e respectivos valores de: Média, Desvio Padrão, Máximo, Mínimo e Valor N	17
Tabela 2: Valores da Média e do Desvio Padrão para todas as condições experimentais para variável sobre o Quanto a Vítima se Sentiu Mal de acordo com categoria experimental	19
Tabela 3: Valores da Média e do Desvio Padrão para todas as condições experimentais para Variável O Quanto a Vítima se Sentiu Culpada de acordo com categoria experimental.	21
Tabela 4: Valores da Média e do Desvio Padrão para todas as condições experimentais para Variável O Quanto a Vítima se Sentiu Arrependida de acordo com categoria experimental.	23
Tabela 5: Valores da Média e do Desvio Padrão para todas as condições experimentais para Variável a Gravidade do Tipo de Crime de acordo com categoria experimental.	25
Tabela 6: Valores da Média e do Desvio Padrão para todas as condições experimentais para Variável a Responsabilidade do Autor do Acto Pelo Sucedido de acordo com categoria experimental.	27
Tabela 7: Valores da Média e do Desvio Padrão para todas as condições experimentais para Variável Responsabilidade da Vítima Pelo Sucedido de acordo com categoria experimental.	28
Tabela 8: Valores da Média e do Desvio Padrão para todas as condições experimentais para Variável Número de Pensamentos Contrafactuais gerados pelos sujeitos.	30

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Teste Kruskal-Wallis para Amostras Independentes para a variável o quanto a vítima se sentiu mal.	18
Figura 2: Teste Kruskal-Wallis para Amostras Independentes para a variável o quanto a vítima se sentiu culpada.	20
Figura 3: Teste Kruskal-Wallis para Amostras Independentes para a variável o quanto a vítima se sentiu arrependida.	22
Figura 4: Teste Kruskal-Wallis para Amostras Independentes para a Gravidade do Tipo de Crime de acordo com a categoria experimental.	24
Figura 5: Teste Kruskal-Wallis para Amostras Independentes para a atribuição de responsabilidade ao autor do acto de acordo com a categoria experimental.	26
Figura 6: Teste Kruskal-Wallis para Amostras Independentes para a atribuição de responsabilidade do sucedido à vítima de acordo com a categoria experimental.	27
Figura 7: Teste Kruskal-Wallis para Amostras Independentes para o número de pensamentos contrafactuais de acordo com a categoria experimental	29

REVISÃO DE LITERATURA

O pensamento contrafactual diz respeito à propensão que as pessoas têm para interpretar a realidade, imaginando acontecimentos alternativos a um dado evento (Kahneman & Miller, 1986). O próprio termo contrafactual significa literalmente, contrário aos factos (Roese & Olson, 1995). Segundo Kahneman & Tversky, (1982) a construção destas alternativas, ou contrafactuais, é dirigida por um processo mental heurístico, permitindo à pessoa uma certa relatividade interpretativa que lhe permita elaborar sobre certos acontecimentos. Desta forma as pessoas retiram considerações acerca do que poderia ter sido ou acontecido, nas suas tentativas para compreender os acontecimentos que as rodeiam (Macrae, Milne & Griffiths, 1993).

O pensamento contrafactual permite a elaboração mental de alternativas a acontecimentos factuais, é em si um processo subtil que desempenha um papel significativo em várias actividades de julgamento e estados emocionais, tais como a percepção de causalidade, o impacto das acções e eventos, a atribuição de responsabilidade, sentimentos de satisfação ou arrependimento (Giroto, Legrenzy & Rizzo, 1991). Segundo os mesmos autores o estudo do pensamento contrafactual tenta identificar as regras que determinam quais os atributos da experiência que são considerados imutáveis, e quais são permitidos variar na construção de alternativas contrafactuais à realidade.

Os contrafactuais são frequentemente proposições condicionais, e como tal, possuem uma condição antecedente e um efeito ou condição consequente (Roese, 1994). As pessoas tendem a aceder a relações causais entre um efeito Y e uma possível causa X, usando a sua capacidade de simulação mental para pensar em termos contrafactuais (Mcgill & Klein, 1993).

Roese & Olson (1995) restringiram o termo contrafactual a versões alternativas do passado. O que quer dizer que o termo contrafactual não se refere a perspectivas futuras, mas apenas à negação de factos estabelecidos. Mais especificamente a característica que define o termo contrafactual, é a falsidade do antecedente de acordo com Goodman (1983) cit. por Roese (1997). O consequente pode ou não ser falso, e se for, então a mutação de antecedente desfaz o acontecimento factual. Kahnman & Tversky (1982) afirmaram sobre o assunto que existe uma distância metafísica entre a realidade e um mundo imaginado contrafactual.

Os pensamentos contrafactuais têm sido classificados na literatura de investigação em três categorias: direcção, estrutura e focalização (Roese & Olson, 1995).

Direcção

Os contrafactuais caracterizam-se como sendo *upward*, quando descrevem alternativas mais positivas do que o acontecimento factual (e. g., “Se eu tivesse mandado arranjar a avaria do meu carro, este não teria avariado e eu já estaria em casa”), ou *downward*, quando as alternativas contrafactuais são piores do que a realidade (e. g., “Se eu não me tivesse desviado do carro, teria sido atropelado”) (Roese, 1997).

Segundo Markman, Gavansky, Sherman & McMullen, (1993) cit. por Roese & Olson (1995); Gavansky & Wells (1989); Landman & Manis (1992), os contrafactuais *upward* são gerados mais frequentemente depois de um fracasso, do que depois de um acontecimento bem sucedido. Através da mutação de antecedentes críticos, as pessoas determinam quais as condições necessárias para que se repita um consequente positivo, ou se evite um consequente negativo (Seelau, E., Seelau, S., Wells, & Windschitl, 1995). Em ordem a melhorar performances futuras as pessoas tendem a gerar contrafactuais *upward* imaginando maneiras em como os acontecimentos poderiam ter corrido melhor, num esforço para que estes eventos se concretizem no futuro (Markman, et. al. 1993). Pode-se depreender que os contrafactuais *upward* exercem uma função preparatória, com vista a um maior domínio da realidade.

As simulações mentais melhoram as perspectivas sobre os acontecimentos, e podem, ajudar as pessoas a determinar a viabilidade de planos, ou ajudá-las a preparar respostas mais adaptadas a eventos reincidentes, uma vez que estas simulações podem facilitar a forma em como se lida com memórias causadoras de stress, tentando encontrar algum sentido nos acontecimentos passados, que lhes permita readquirir algum sentimento de estabilidade e de domínio sobre o próprio e sobre o meio (Kasimatis & Wells, 1993) cit. por (Roese & Olson, 1995).

Os pensamentos contrafactuais *upward* são por norma causadores de sentimentos de arrependimento após acontecimentos negativos (Landman, 1987). Pessoas que imaginam formas em como eventos negativos poderiam ter corrido melhor tendem a sentir mais stress, do que pessoas que não enveredam por esse tipo de raciocínio (Davis, Lehman, Wortman, Silver & Thompson, 1995 cit. por Roese & Olson 1995).

Quando alguém tem por objectivo consolar outrem, é vantajoso utilizar contrafactuais de direcção *downward* focando o discurso em afirmações acerca de como certas situações poderiam ter sido piores (Seelau et al., 1995). Contrafactuais *downward* nos quais o consequente poderia ter sido bem pior, não só são úteis para confortar as pessoas necessitadas, mas também as ajudam a consolarem-se a elas próprias trazendo-lhes sentimentos de alívio, fazendo-as sentir-se melhor do

que aquelas que geram contrafactuais de direcção *upward* (Roese, 1994). Como exemplo alguns doentes com cancro geram pensamentos positivos raciocinando que a sua doença poderia ser pior (Taylor, Wood & Lichtman, 1983) e vítimas de violação aparentam retirar algum conforto de factos como não terem sido mortas ou mais seriamente feridas (Burgess & Holmstrom, 1979 cit. por Roese, 1994).

Podemos afirmar que os pensamentos contrafactuais *downward* actuam com uma funcionalidade afectiva, enquanto os pensamentos contrafactuais *upward* predomina uma funcionalidade de melhorar performances futuras (Markman et al., 1993 cit. por Roese & Olson, 1995).

Quando confrontados com um consequente negativo os indivíduos tendem a gerar contrafactuais *upward*, que embora gere alternativas futuras ao consequente, também faz os sujeitos sentirem-se pior acerca dos consequentes reais, no entanto esta intensificação de afecto negativo pode estimular respostas de coping, que a médio prazo reduzam o afecto negativo deixando os indivíduos mais preparados a enfrentar no futuro situações semelhantes, especialmente se forem pessoas com uma elevada auto-estima, ou pessoas extremamente empenhadas nos em eventos futuros (Taylor & Litchman, 1983).

Os contrafactuais *downward* ao apresentarem alternativas mais negativas do que a realidade são úteis na geração de afectos positivos (Roese, 1994), caso tenham alguma função preparativa, será a de evitar que os indivíduos caiam em situações piores do que a realidade que estão a viver (Roese & Olson, 1995).

Estrutura

Os pensamentos contrafactuais podem ser do tipo *aditivo*, quando na relação causal hipotética é inserido um novo antecedente (“Se eu tivesse arranjado a avaria do meu carro, não teria tido o acidente”) e do tipo *substractivo*, quando se elimina o antecedente factual como estratégia mental de alteração da realidade (“Se eu tivesse ficado em casa, não tinha tido o acidente.”) (Roese & Olson, 1995).

Roese & Olson (1994) consideram que as pessoas tendem a gerar contrafactuais *aditivos* depois de um fracasso e contrafactuais *substractivos* perante um sucesso. Enquanto o sucesso tende a ser visto como o resultado de acções deliberadas, os fracassos são por natureza inesperados e indesejados, logo é natural que sejam considerados como o resultado de acções falhadas (Sherman & McConnell, 1995). Roese & Olson (1994) explicam este padrão apontando a função preparatória dos contrafactuais, uma vez que os contrafactuais *aditivos* identificam os meios

específicos de se evitarem, experiências negativas do passado, tornando-se em mecanismos úteis de evitamento de fracassos habituais, enquanto que, os contrafactuais *subtractivos* limitam-se a remover um antecedente, que é apenas uma das imensas hipóteses de se lidar com as questões contrafactuais. Os contrafactuais *aditivos* são mais criativos uma vez que produzem ideias que vão além das premissas iniciais, construindo hipóteses de acção novas, que talvez nunca tenham sido consideradas no passado, de acordo com os mesmos autores.

Focalização

Os pensamentos contrafactuais podem ser *Internos* quando o sujeito da proposição condicional se centra nas acções do próprio (“Se eu tivesse mandado arranjar o meu carro, este não se teria avariado”), ou *externos* quando se focalizam nas acções de terceiros (Se o autor do crime não fosse mentalmente perturbado, não me teria insultado) (Roese & Olson, 1995).

Roese & Olson (1995) referem que indivíduos com alta auto-estima têm tendência a gerar pensamentos contrafactuais *externos* perante fracassos (atribuindo desta forma a culpa do fracasso a terceiros) e pensamentos contrafactuais *internos* perante sucessos (ficando com os créditos para as suas pessoas). Tal padrão cognitivo produz óbvios benefícios afectivos (Taylor & Brown, 1988).

Teoria Normativa

O objectivo da Teoria Normativa, é a descrição de uma psicologia da surpresa, ou seja, os processos de raciocínio que ocorrem em resposta a experiências específicas, que aparecem em inferências post hoc de surpresa (Roese & Olson, 1995). Como outras teorias de julgamento social, a teoria normativa foca-se nas relações entre um acontecimento e as âncoras cognitivas a ele previamente ligadas, nas quais perante uma discrepância entre um conseqüente e uma determinada âncora, irão despoletar várias reacções cognitivas e afectivas como por exemplo pensamentos contrafactuais (e.g. Se um estudante receber uma nota negativa num exame, quando a sua âncora de expectativa é uma nota positiva, este irá ficar desapontado, reacção que evoca afecto negativo (Roese & Olson, 1995).

Se um conseqüente evocar uma norma, semelhante ao mesmo, o conseqüente considera-se normal, se tal não acontecer, o conseqüente considera-se anormal ou contrafactual (Roese & Olson, 1995). Segundo a teoria normativa, a disponibilidade relativa de pensamentos

contrafactuais é o resultado da mutabilidade das características situacionais que precedem um resultado factual (Senos & Rocha, 1998). Os consequentes evocam normas, e o factor determinante que aproxima ou afasta as normas dos consequentes vai depender da mutabilidade dos elementos antecedentes (Roese & Olson, 1995). Segundo os mesmos autores, uma das limitações da teoria normativa é fazer a descrição dos processos cognitivos das reacções a eventos específicos, sem fazer referência a determinantes motivacionais, tais como: os afectos, as intenções, os objectivos pessoais.

Mutabilidade

Kanhman & Miller (1986) adoptaram o termo mutabilidade para especificar a relativa facilidade ou dificuldade, com que os antecedentes factuais podem ser cognitivamente alterados para se construírem asserções contrafactuais. Para a maior parte das pessoas, algumas coisas têm uma elevada mutabilidade (Esforço), enquanto outras parecem ser quase imutáveis (Gravidade), sendo que o mecanismo através do qual os contrafactuais são construídos, baseia-se na conversão de antecedentes mutáveis (Excepcionais ou fora do comum) de volta aos seus valores normais, de acordo com as normas internas dos indivíduos (Roese & Olson, 1995).

Segundo Kahenman & Miller (1986) as pessoas constroem alternativas aos eventos tendo em conta que existem certas características que devido à sua natureza não são passíveis de serem alteradas, sendo portanto imutáveis ou constantes, enquanto que, outras características dos antecedentes podem ser modificadas de várias maneiras e por consequência a mutabilidade é muito maior e mais natural. As acções dos indivíduos estão limitadas por diversos factores (como leis da física e acontecimentos inesperados). Se a mutabilidade dos eventos se processa em função, do número das limitações percebidas nas situações, então os eventos que correspondem às acções individuais, devem ser mais mutáveis do que outro tipo de eventos, desde que as acções individuais sejam controláveis, ou seja, percebidas como o resultado do exercício da livre vontade (Giroto & Legrenzi & Rizzo, 1991).

Na ausência de antecedentes excepcionais altamente mutáveis, os sujeitos procuram antecedentes que possuam uma menor mutabilidade, mas ainda assim este tipo de antecedentes, permitem aos sujeitos exercer uma certa quantidade de controlo sobre eles (Giroto et. al., 1991).

Os factores que afectam a mutabilidade incluem: a excepcionalidade dos eventos em oposição à normalidade dos mesmos (Miller & McFarland, 1986 Cit por Roese & Olson 1995), o facto do antecedente ter uma acção em oposição a uma inacção (Landman, 1987), a

controlabilidade dos eventos em oposição aos eventos não controláveis (Giroto et al., 1991; Kahneman & Miller, 1986) e o lugar numa cadeia de eventos que o antecedente ocupa (N'Gbala, & Branscombe, (1995) Cit. por Spellman, Kincannon & Stone 2005).

Considerações Motivacionais

Roese et al. (1995) descrevem um caso em que, um homem e uma mulher são testemunhas do atropelamento de uma criança. O homem nunca tinha visto a criança na vida, mas em contraste a mulher da história era a própria mãe da criança. Claramente a tendência para desfazer cognitivamente o atropelamento será muitíssimo maior no caso da mãe da criança. O termo motivacional usa-se aqui na sua forma mais genérica para descrever o impulso para evitar estímulos negativos e a tentativa de obter estímulos gratificantes. Estes mecanismos são mediados pelo afecto (Roese et al., 1995). Se os consequentes que geram afectos negativos motivam comportamentos evitantes, uma consequência pode ser a actuação deste mesmo mecanismo a nível cognitivo. Por isso de acordo com os mesmos autores os factores motivacionais relacionados com os consequentes constituem o motor que guia os pensamentos contrafactuais.

Na literatura distinguem-se dois conceitos de construção contrafactual, os quais são: disponibilidade contrafactual e conteúdo semântico (Miller, Turnbull, & McFarland, 1990). A disponibilidade contrafactual entende-se como sendo a mera consideração que um conseqüente poderia não ter ocorrido, que age como motor de geração de pensamentos contrafactuais; por conteúdo semântico entende-se como sendo os constrangimentos da realidade que levam que definem os conteúdos do pensamento contrafactual (Roese & Olson, 1995).

De acordo com Miller et. al. (1990) as reacções emocionais intensificam-se em função da disponibilidade e da discrepância das alternativas evocadas. Um evento negativo para o qual exista uma grande disponibilidade contrafactual é considerado mais injusto do que um evento para o qual exista uma baixa disponibilidade contrafactual, por isso as pessoas têm mais tendência para desfazer acções quanto maior for o número de alternativas de curso de acção que levaram a um evento.

Os Contrafactuais e a culpa andam de mãos dadas. Quando por exemplo afirmamos que algo poderia ter sido feito para evitar um acidente, estamos a fazer uma atribuição de responsabilidade. Os contrafactuais são um meio através dos quais podemos exprimir as nossas crenças acerca de atribuição de culpa, responsabilidade, causa, castigo (Roese 2005). É provável que os estados afectivos de responsabilidade por transgressões involuntárias, possam não reflectir

verdadeiros sentimentos de culpa, mas antes, a grande disponibilidade de pensamentos contrafactuais de alteração do sucedido (Miller et. al. (1990).

O pensamento Contrafactual usa o arrependimento como uma alavanca emocional que desempenha um papel fundamental na aprendizagem e no desenvolvimento pessoal. A partir dos pensamentos contrafactuais vem o reconhecimento de possibilidades, do arrependimento vem a esperança para o futuro, sendo que na sua essência o objectivo do funcionamento cognitivo humano utiliza vários mecanismos para resolver os problemas que vão aparecendo ao longo da vida. O arrependimento é um sentimento negativo que é essencial para uma vida saudável (Roese 2005).

Compreende-se portanto que os nossos cérebros são adeptos de se concentrarem em âncoras de “near misses”, que estabelecem o campo para a geração de pensamentos contrafactuais. Os desejos, as aspirações pessoais são precursores essenciais dos pensamentos contrafactuais da vida diária. O reconhecimento de que um objectivo está a ser impedido é o motor primário da geração de um pensamento contrafactual. Os pensamentos contrafactuais contribuem para o nosso melhoramento sendo factores de feedback e monitorização dos nossos progressos. Emoções negativas são uma parte essencial da nossa sobrevivência. Na sua forma mais simples, elas evitam que nos metamos em problemas e conduzem ao nosso melhoramento. Mas os mecanismos mentais que ajudam à nossa sobrevivência também nos condenam a uma dependência através da amplificação dessas emoções. (Roese, 2005). Por isso, quando algo poderia ter quase acontecido, isso desperta a atenção e convida à reflexão estimulando tentativas de explicar o acontecido (Lebow & Stein, 1996).

Controlabilidade

Antecedentes controláveis tendem a possuir uma maior mutabilidade do que os antecedentes incontroláveis (Roese et al., 1995). O que quer dizer que as pessoas tendem a fazer mais alterações aos elementos do antecedente, que podem ser directamente controlados, alterados, ou manipulados pelo sujeito.

Segundo Giroto (1991), depois de analisar os resultados do seu estudo, verificou que as mutações de uma acção excepcional e controlável, são significativamente mais frequentes, do que todas as outras mutações de outros eventos não controláveis. Sendo assim segundo o mesmo autor, uma acção controlável evoca facilmente alternativas contrafactuais (pensamentos contrafactuais).

Em situações que envolvam “Controlo, Capacidade ou Competência” existe uma relação causal entre comportamento e consequência. Logo o sucesso de variáveis como a capacidade é por norma controlável. O acaso pelo contrário é fortuito, logo o sucesso nestes casos é caracterizado como não controlável (Langer, 1982).

As pessoas têm a tendência para se centrarem na mutação de antecedentes controláveis, uma vez que os pensamentos contrafactuais que se centram em acções não controláveis não demonstram qualquer efeito de uma intervenção pessoal directa por parte dos sujeitos para evitar o consequente (Roese et al., 1997). Em situações “controláveis pela acção” as pessoas empenham-se em várias tarefas cujo objectivo é maximizar as probabilidades de sucesso como: escolher os materiais apropriados para a situação, que respostas dar, familiarizar-se com estas respostas, gastar tempo em estratégias que possam resolver a situação, exercer o esforço necessário para a resolução da tarefa (Langer, 1982).

Em julgamentos de compensação de vítimas, em que se constata que o infortúnio da mesma poderia ter sido evitado, constitui uma âncora de comparação *upward*, podendo reduzir o grau de empatia em relação à vítima, reduzindo nesse caso a compensação a ser-lhe atribuída (Roese et al., 1997).

O efeito controlabilidade é consistente com valores de sobrevivência elicitados pelo controlo das situações. Girotto et al. (1991) afirmou que um dos pressupostos básicos relacionados com o pensamento contrafactual, é o de obter domínio e controlo do meio que nos rodeia, desta forma, tenta-se evitar alguns efeitos negativos recorrentes, enquanto se tentam obter consequências positivas desse controlo sobre o meio. Logo segundo Roese et al. (1997) é mais funcional que os pensamentos contrafactuais se foquem em aspectos controláveis, uma vez que estes aspectos poderão ser subsequentemente manipulados para o proveito próprio do indivíduo e para o seu desenvolvimento pessoal. Isto, apesar das pessoas esperarem de uma forma por vezes irrealista exercer controlo sobre os diversos aspectos da sua vida, a variável controlabilidade exerce um papel preponderante na geração de pensamentos contrafactuais.

Os estudos baseados na compreensão de narrativas, mostraram que os leitores tendem a adoptar a perspectiva da personagem em causa, tentando imaginar os pensamentos da personagem e activando imagens mentais das mesmas coisas que os leitores acham que a personagem pensou (Bower & Morrow, 1990). Uma acção controlável, sendo o produto de uma decisão individual, evoca por definição, as possíveis acções que o indivíduo não levou a cabo apesar de poder tê-lo feito (Girotto et al., 1991).

Segundo Gavanski & Wells (1989) os sujeitos têm tendência a alterar eventos excepcionais na direcção da normalidade para desfazer consequências excepcionais, mas também

mudam eventos normais, na direcção da excepcionalidade, para desfazer consequentes normais. Eles explicam estes resultados em termos de correspondências heurísticas, que se referem à crença de que consequentes excepcionais têm causas excepcionais e que consequentes normais têm causas normais. Embora seja provável que a heurística acima referida guie por vezes o processo de simulação mental, não parece ser o seu principal determinante. Nestas situações segundo Girotto et al. (1991), até um evento normal e controlável (tal como sair de casa ou beber uma cerveja) será passível de ser mais alterado do que um evento excepcional mas incontável (como a queda de uma ponte). Os resultados dos estudos de Girotto et al. (1991), demonstraram que a controlabilidade subjectiva de um evento o torna altamente mutável. Dada a relação entre a mutabilidade de um evento e a sua causalidade percebida, a acção humana torna-se a “figura” ou “fundo” de outros eventos.

A controlabilidade subjectiva é relevante na avaliação da culpa e dos papeis causais em acidentes, no consequente sentimento de culpa ou arrependimento dos intervenientes (Girotto et al., 1991). Os operadores envolvidos num acontecimento que tenha corrido mal, podem experienciar sentimentos de culpa, e pode-lhes também ser atribuída a responsabilidade pelo sucedido pela sua performance em função das alternativas disponíveis ao seu comportamento. E vice-versa, segundo o mesmo autor, os intervenientes podem sentir que não tiveram responsabilidade nenhuma no sucedido, se estiverem convencidos de que não havia nada dentro das suas possibilidades que pudessem fazer para impedir algum tipo de desfecho mal sucedido.

Actos de comissão produzem maior arrependimento do que actos de Omissão (Landman, 1987). Vítimas que sofrem consequentes negativos depois de acções, podem ficar predispostas a sentimentos de Culpa. A responsabilidade parece ser atribuída como consequência da facilidade com que o protagonista pode ser imaginado a tomar uma acção alternativa àquela que tomou (Zanna, 1990).

A percepção que as pessoas têm do merecimento após uma acção das consequências por parte da vítima, vai influenciar a sua reacção ao destino da vítima, quanto menos merecido for o sucedido, maior será a reacção dos sujeitos (Zanna, 1990).

Normalidade

Uma asserção central da teoria normativa é a tendência para mudar antecedentes excepcionais em direcção de outros mais rotineiros (Roese & Olson, 1995). De acordo com a teoria normativa (Kahneman & Miller, 1986) a disponibilidade de alternativas para um evento excepcional é maior do que a disponibilidade de alternativas para um evento normal; esta maior

disponibilidade aumenta a propensão para que os eventos excepcionais sejam mudados uma vez que estes eventos sendo fora do comum, tendem a ser mais salientes do que eventos mais familiares. Usa-se o termo excepcional para referir acções gerais às quais se podem facilmente imaginar alternativas (Kahneman & Miller, 1986).

As pessoas em regra mudam eventos que são encarados com excepcionais em vez de eventos que são percebidos como sendo normais (Kahneman & Tversky, 1982). A preferência por alterações que vão do estado excepcional ao estado normal, é talvez a regra mais relevante a que as simulações mentais obedecem, porque engloba os constrangimentos essenciais que dão realismo às fantasias contrafactuais (Kahneman & Tversky, 1982).

A discrepância entre um evento e a norma que este evoca define o grau de normalidade desse evento, de forma a que, quanto mais afastado estiver o mesmo da representação que evoca, mais excepcional será esse evento (Zanna, 1990). A Normalidade de um consequente reflecte-se na intensidade da reacção emocional que provoca. Quanto mais alternativas contrafactuais um evento evocar, mais forte será a reacção emocional que esse evento provoca (Kahneman & Miller, 1986). Por sua vez quanto mais excepcionais forem as reacções da vítima, mais perturbada esta ficará, mais arrependimento é suposto sentir, mais culpa a própria sentirá (Kahneman & Tversky 1982), assim como quanto mais difícil for replicar um evento, mais excepcional ele será e maior será a reacção emocional por ele evocada.

Nós somos mais passíveis de racionalizar as nossas acções do que as nossas inacções. Os nossos mecanismos cerebrais reagem mais facilmente presença das coisas do que à ausência das mesmas. As acções são salientes mas as inacções não o são. Se perante uma acção o resultado é negativo, o nosso sistema psicológico de protecção é activado para reduzir o impacto. Isto não acontece tanto com as inacções porque na maioria das vezes as consequências das mesmas não são tão evidentes por isso não activam os mecanismos de coping (Roese, 2005).

Aspectos Legais e Pensamento Contrafactual

Catellani & Milesi (2005) dão o exemplo de uma mulher que costuma ir de comboio para o trabalho, mas decide um dia variar e ir de carro. O seu carro avaria e ela aceita uma boleia de um estranho que pouco depois a viola. O comportamento da vítima tenderá a ser comparado com o seu comportamento rotineiro (i.e., “Se ela ao menos tivesse ido de comboio para o trabalho”). Por outro lado o comportamento da vítima também tende a ser comparado com o comportamento padrão de uma mulher que não sofre uma violação, que implicaria não ter aceite a boleia de um estranho.

De acordo Maria (2004) existem dois tipos de vítimas: as ideais e as culpadas. A distinção entre estes dois tipos de vítimas é feita com base em critérios morais e sociais fazendo atribuições por um lado em termos de vítimas irreprováveis, e por outro reprováveis. Mesmo as abordagens de prevenção, podem partir do pressuposto de que determinados comportamentos de potenciais vítimas poderiam ter evitado a agressão, colocando nelas a responsabilidade de ter evitado a mesma, e como tal, correndo o risco de criar um envolvimento que culpabiliza a vítima. Maria (2004) afirma ainda como exemplo no crime de violação, que este é cometido contra aqueles que são considerados mais frágeis ou com menos poder, assim as mulheres e as crianças são os alvos privilegiados, as mulheres por serem vistas como o sexo fraco. Podem sentir medo que o violador volte a atacar. O medo e o terror pode generalizar-se a outras áreas (Ex: desconfiam de todos os homens).

O crime precisa de um alvo, quer seja propriedade, quer seja um ser vivo. De acordo com Stokols (1987) os residentes de um determinado local, podem perceber uma diminuição de controlo territorial, e a eventualidade para a perpetração de um crime, causando um aumento da apreensão acerca da sua segurança, logo tipos específicos de zonas não residenciais aparentam gerar mais crime dependendo do tipo de pessoas que atraíam, especialmente porque com menos gente há menos testemunhas. A disponibilidade contrafactual para se evitar certas zonas a determinadas horas pode influenciar as atribuições de culpa tanto ao agressor como à vítima.

De acordo com Catellani et al., (2005) quando os contrafactuais se focam num dos actores de um caso judicial a responsabilidade atribuída tende a ser maior. O comportamento de um actor é comparado com a sua âncora comportamental, norma ou estereótipo, e se os comportamentos revelarem uma baixa consistência com a sua norma interpessoal ou categoria social, são mais propensos de serem alterados nos pensamentos contrafactuais. O contexto pode portanto induzir as pessoas a gerar contrafactuais focados em antecedentes específicos em detrimento de outros.

Alguns Estudos demonstraram que quando existe disponibilidade para alternativas contrafactuais, os participantes sentem mais simpatia pela vítima, e tendem a engendrar penas mais severas para o autor do acto do que se essas alternativas contrafactuais não existissem. (Miller & McFarland, 1986).

Outros estudos demonstraram que imaginar como um evento relacionado com um crime ou ataque, poderia não ter acontecido devido a uma acção específica da vítima, possivelmente irá aumentar a responsabilidade atribuída à vítima, que se poderia ter comportado de maneira diferente de acordo com Catellani et al. (2005).

Como já foi citado anteriormente por Roese (1997), em julgamentos de compensação a vítimas, em que se constata que o infortúnio da mesma poderia muito bem ter sido evitado, constitui uma âncora de comparação *upward*, podendo reduzir o grau de empatia em relação à vítima, reduzindo nesse caso a compensação a ser-lhe atribuída.

MÉTODO

Amostra

Escolheu-se fazer uma amostra só com elementos femininos para se poder controlar eventuais enviesamentos da variável Sexo, sendo que homens e mulheres têm diferentes reacções perante os mesmos tipos de crime.

Assim, a amostra deste estudo é composta por 160 estudantes universitários, todos eles conforme o dito anteriormente, do sexo feminino.

A média de idades é de 22 anos (M=21.93; d.p.=3.59; min=18.00; máx=44.00)

A amostra deste estudo de natureza experimental é de conveniência tendo sido recolhida na biblioteca da Faculdade de Ciências de Lisboa e no bar do Instituto Superior de Engenharia de Lisboa.

Delineamento

O presente estudo é de natureza experimental e compreende um delineamento factorial de 2 condições antecedentes (controlável/não controlável) X outras 2 condições antecedentes (rotineiro/excepcional) X 2 crimes (ofensa corporal/insulto).

Instrumento

Foi utilizado um questionário de Martins (2000) (Anexo A) a partir do qual foi efectuada a recolha dos resultados para a nossa amostra. Este questionário é generalista do ponto de vista em que pode ser aplicado para estudar várias variáveis independentes e dependentes, consoante a orientação da investigação em curso. Desta forma este questionário é o resultado de investigações anteriores feitas por Martins, no qual todas as variáveis nele contidas, foram já pré-testadas em investigações anteriores.

Ao proceder-se à escolha dos tipos de crime a utilizar como variáveis independentes, pretendeu-se identificar um crime físico de pouca gravidade e um crime moral igualmente de pouca gravidade.

Uma das tarefas deste estudo será testar o grau de gravidade destes dois crimes (ofensa corporal e injúria) quando inseridos num contexto em que se manipulam simultaneamente as variáveis independentes Controlabilidade e Normalidade. Neste caso específico, no contexto dos

casos que constituem o questionário Martins (Anexo A), estes foram alterados de forma a englobarem os factores Controlabilidade, Normalidade e Tipo de Crime.

Para estudar os efeitos das variáveis independentes deste estudo, construiu-se 8 cenários fictícios tendo como base o cenário de Martins (2000):

“X é uma jovem que frequenta, em regime nocturno, o 3º ano da faculdade. No dia 21 de Fevereiro dirigiu-se para casa após as aulas, [(Contudo, desta vez, decidiu variar e deslocou-se por um caminho diferente daquele que tem adoptado sempre ao longo destes 3 anos)] pelo mesmo trajecto que tem adoptado ao longo destes 3 anos no seu automóvel. O seu automóvel encontrava-se com uma avaria mecânica. [(Facto que X desconhecia)] X sabia-o mas, mesmo assim, arriscou. A dada altura o carro “foi abaixo”. X saiu do carro para abrir o capô. Nesse momento, foi surpreendida por um homem que saiu do carro que vinha atrás e [(lhe deu uma bofetada)] a insultou .”

Estes 8 casos foram utilizados num questionário elaborado por Martins (2000) (Anexo A), a partir do qual foram recolhidos os dados para a nossa amostra.

Procedimento

O questionário foi administrado aos sujeitos na biblioteca da Faculdade de Ciências de Lisboa e no Bar do Instituto Superior de Engenharia de Lisboa. Após a inicial solicitação para a colaboração num estudo sobre a opinião pública acerca dos crimes, distribuíram-se os questionários aos sujeitos. Em todos os questionários as primeiras 4 folhas do estudo foram dispostas aleatoriamente na sua disposição no questionário. Foram dadas todas as instruções consideradas necessárias para a realização deste questionário, tais como: “Por favor, leiam com atenção todas as instruções e informação que são apresentadas no questionário com especial atenção para a leitura dos casos, sigam o que vos é apresentado. Há que chamar a atenção que as respostas são anónimas, e como tal pessoais”. Depois de ouvirem as instruções os sujeitos começaram a preencher o questionário. Após a leitura da história os sujeitos encontram duas questões sob a forma de frases condicionais “Se... Então...” nas quais lhes é pedido respectivamente para enunciar quais os pensamentos que o sujeito acha que terão passado pela cabeça de X depois do que lhe aconteceu e também para enunciar os pensamentos que às próprias passaram pela cabeça depois de ter lido o caso. Em seguida o questionário apresenta questões de resposta fechada, nas quais é pedido ao sujeito para classificar numa escala de 1 a 5

valores uma lista de sentimentos que terão passado pela cabeça de X e os sentimentos que passaram pela cabeça do próprio depois de ter lido caso.

Nas questões seguintes, perante uma lista 8 itens, de sentimentos a ser cotada numa escala de 1 a 5 valores é pedido ao sujeito que atribua os sentimentos em relação a X que lhe despertou a leitura do caso. As questões seguintes são exactamente iguais às anteriores, só que o pedido dirige-se à cotação dos sentimentos que o sujeito desenvolveu acerca do “Autor do Acto”.

Estas questões englobam as primeiras 4 folhas do questionário que foram dispostas aleatoriamente, para evitar eventuais enviesamentos de ordem.

Na página seguinte é apresentada ao sujeito uma lista de eventuais causas para o sucedido no caso, para serem cotadas pelos sujeitos numa escala ancorada em 5 pontos correspondendo o valor 5 a “Muito Causal” e o valor 1 a “Nada Causal”.

Na seguinte questão procura-se averiguar a responsabilidade do autor do acto, a responsabilidade de X pelo sucedido, assim como a gravidade da agressão e o grau de culpabilidade do autor do acto. Para este efeito usa-se uma escala de cotação com valores de 1 a 5, correspondendo o primeiro à qualidade nada responsável e o segundo à qualidade totalmente responsável.

Na ultima folha do questionário pedem-se alguns dados pessoais do sujeito tais como: o sexo, a idade, o anos escolar que frequenta, a sua profissão, se alguma vez foi vítima daquele tipo de crime e se conhece alguém que tenha sido vítima desse mesmo crime.

RESULTADOS

Os dados recolhidos foram submetidos ao teste não paramétrico Kruskal-Wallis para amostras independentes, tomando-se como factores: Controlabilidade, a Normalidade e tipo de Crime, constituindo entre eles 8 grupos experimentais com 20 sujeitos cada:

- 1 - Controlável, Excepcional, Insulto;
- 2 - Controlável, Normal, Insulto;
- 3 - Controlável, Normal, Agressão Física;
- 4 - Controlável, Excepcional, Agressão Física;
- 5 - Não controlável, Normal, Agressão Física;
- 6 - Não Controlável, Normal, Insulto;
- 7 - Não Controlável, Excepcional, Agressão Física;
- 8 - Não Controlável, Excepcional, Insulto)

No que diz respeito aos grupos acima referidos procurou determinar-se quais as variáveis que demonstravam variações estatisticamente significativas de frequência das médias. Escolheu-se o Teste Kruskal-Wallis, por se considerar indicado para uma amostra de pequenas dimensões, sendo um teste não-paramétrico, não exige normalidade de distribuição das variáveis (Maroco, 2010).

Foi também utilizado o Teste Mann-Whitney U Test para amostras independentes para cada um dos factores Controlabilidade, Normalidade e Tipo de Crime, para testar diferenças estatisticamente significativas entre grupos experimentais. Considerou-se o Teste Mann-Whitney U Test por ser um teste não-paramétrico adequado para comparar as funções de distribuição entre duas amostras independentes (Maroco, 2010).

As variáveis dependentes abaixo descritas foram medidas numa escala ordinal de 5 pontos: 1 – Nada/Nenhum, a 5 – Muito. Usou-se uma probabilidade de erro tipo I (α) de 0.05.

As variáveis dependentes são as seguintes:

- O quanto a vítima se sentiu mal,
- O quanto a vítima se sentiu culpada,
- O quanto a vítima se sentiu arrependida,
- Gravidade do crime,

- Responsabilidade do autor do acto pelo sucedido,
- Responsabilidade da vítima pelo sucedido,

As restantes variáveis dependentes abaixo descritas são variáveis quantitativas de razão, que quantificam o número de pensamentos contrafactuais gerados pelos sujeitos. Usou-se uma probabilidade de erro tipo I (α) de 0.05.

- Numero de Pensamentos Contrafactuais gerados pelos sujeitos,

Pensamentos Contrafactuais

Os pensamentos foram classificados em Contrafactuais e Não Contrafactuais por 3 juízes, para que nos julgamentos não houvesse empates. Obteve-se um total de 266 pensamentos contrafactuais que os sujeitos atribuíram à vítima, existindo concordância em 229. Foi obtido um nível de Concordância inter-juízes de 86%. Todos os pensamentos contrafactuais elaborados pelos sujeitos tiveram sem excepção a “direcção upward”, ou seja, todos os pensamentos contrafactuais foram elaborados tendo em conta aquilo que poderia ter corrido melhor na situação apresentada.

Tabela 1 - *Lista de Variáveis dependentes e respectivos valores de: Média, Desvio Padrão, Máximo, Mínimo e Valor N*

Variáveis Dependentes	N	Média	D.P.	Máximo	Mínimo
O quanto a vítima se sentiu mal	160	4.31	0.98	5	1
O quanto a vítima se sentiu culpada	160	2.49	1.40	5	1
O quanto a vítima se sentiu arrependida	160	2.91	1.50	5	1
Gravidade do crime	160	3.81	1.14	5	1
Responsabilidade do auto do acto pelo sucedido	160	4.06	1.15	5	1
Responsabilidade da vítima pelo sucedido	160	2.39	1.29	5	1
Nº Pensamentos Contrafactuais	160	1.66	1.33	7	0

Seguidamente são apresentados os resultados respeitantes às variáveis dependentes agrupadas nos grupos em cima enunciados.

O quanto a Vítima se sentiu mal

De acordo com os resultados obtidos na tabela acima exposta verificaram-se diferenças estatisticamente significativas (KW=16.87; $p=.018$) relativamente à ordem das médias sobre a classificação dos sujeitos sobre o quanto a vítima se sentiu mal, sendo que os grupos 4 e 7 apresentam uma ordem de médias superior. Para o grupo 4 (Situações Controlável, Excepcional e Agressão Física) a media foi (M=4.31; d.p.=0.89) com Mean Rank= 97.90 e para o grupo 7 (Não Controlável, Excepcional e Agressão Física) e a media foi (M=4.43; d.p.=0.92) com Mean Rank=97.08. O valor médio para “o quanto a vítima se sentiu mal foi M=4.31 com d.p.=0.98, tendo a classificação oscilado entre 1 e 5.

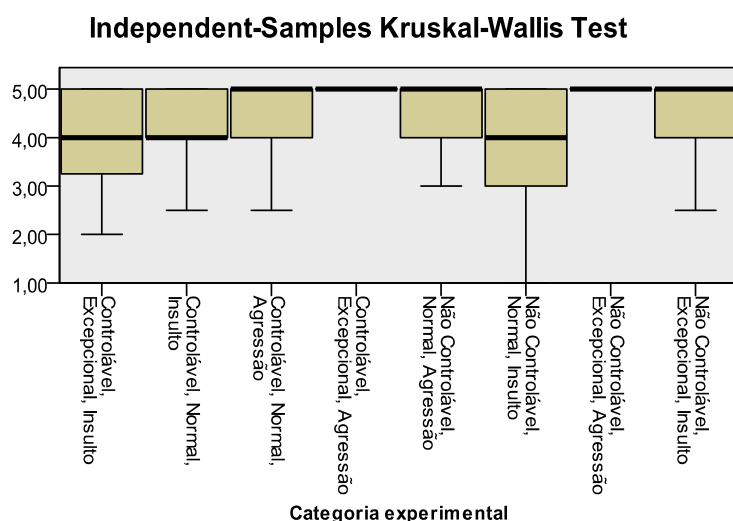


Figura 1: Gráfico Teste Kruskal-Wallis para Amostras Independentes para a variável o quanto a vítima se sentiu mal

Não se verificaram diferenças estatisticamente significativas para a variável independente controlabilidade utilizando o teste Mann-Whitney ($U=3385.00$; $p=0.48$) entre a situação controlável (M=4.29; d.p.=0.93) e a situação não controlável (M=4.33; d.p.=1.04) para o quanto a vítima se sentiu mal.

Também não foram detectadas diferenças estatisticamente significativas para a variável independente Normalidade utilizando o teste Mann-Whitney ($U=2964.50$; $p=0.37$) entre a média

da situação Normal (M=4.24; d.p.=1.03) e a média da situação excepcional (M=4.38; d.p.=0.93) para o quanto a vítima se sentiu mal.

Verificaram-se no entanto para a variável independente tipo de crime, diferenças estatisticamente significativas utilizando o teste Mann-Whitney (U=2260.50; p=0.00) para a média de classificações sobre o quanto a vítima se sentiu mal, sendo que a Agressão Física apresentou uma média de valores superior (M=4.56; d.p=0.79) às do insulto (M=4.05; d.p=1.09) indicando que os sujeitos consideram que as vítimas de agressão física se sentem pior que as vítimas de insulto.

Tabela 2 - *Valores da Média e do Desvio Padrão para todas as condições experimentais para variável sobre o Quanto a Vítima se Sentiu Mal de acordo com categoria experimental.*

			M	d. p.
Controlável	Excepcional	Agressão Física	4.65	0.81
		Insulto	4.00	0.86
	Normal	Agressão Física	4.35	0.93
		Insulto	4.15	1.04
N. Controlável	Excepcional	Agressão Física	4.65	0.75
		Insulto	4.20	1.15
	Normal	Agressão Física	4.60	0.68
		Insulto	3.85	1.31
Todos os Grupos			4.31	0.98

O quanto a Vítima se sentiu Culpada

Não se verificaram-se diferenças estatisticamente significativas utilizando o Teste Kruskal-Wallis (KW=13.28; p=0.07) relativamente à ordem das médias sobre a classificação dos sujeitos em relação ao quanto a vítima se sentiu culpada. O valor médio para “o quanto a vítima se sentiu culpada foi M=2.49 com d.p=1.40, tendo a classificação oscilado entre 1 e 5.

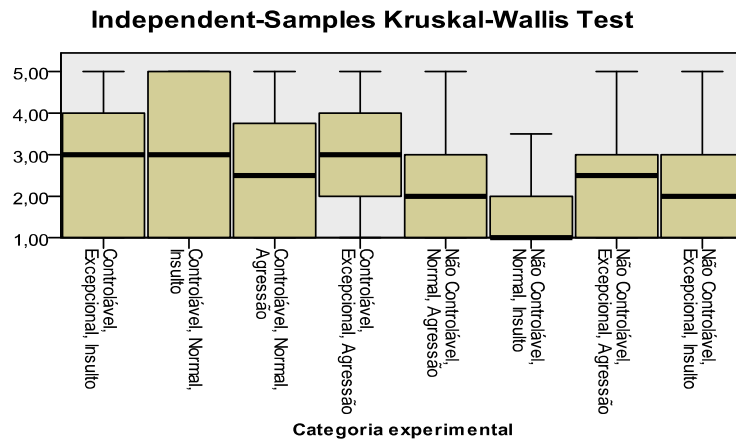


Figura 2: Gráfico do *Teste Kruskal-Wallis para Amostras Independentes* para a variável o quanto a vítima se sentiu culpada

Verificou-se para a variável independente Controlabilidade, diferenças estatisticamente significativas utilizando o teste Mann-Whitney ($U=2412.00$; $p=0.01$) para a média de classificações sobre o quanto a vítima se sentiu culpada, sendo que a situação controlável apresentou uma média de valores superior ($M=2.81$; $d.p.=1.26$) às da situação não controlável ($M=2.18$; $d.p.=1.31$) indicando que os sujeitos consideram que numa situação controlável, as vítimas se sentirão tendencialmente mais culpadas do que as vítimas numa situação não controlável.

Não se verificaram diferenças estatisticamente significativas para a variável independente normalidade utilizando o teste Mann-Whitney ($U=2794.50$; $p=0.15$) entre a situação excepcional ($M=2.64$; $d.p.=1.38$) e a situação normal ($M=2.35$; $d.p.=1.42$) para o quanto a vítima se sentiu angustiada.

Também não se verificaram diferenças estatisticamente significativas para a variável independente tipo de crime utilizando o teste Mann-Whitney ($U=2961.00$; $p=0.40$) entre a agressão física ($M=2.56$; $d.p.=1.34$) e o insulto ($M=2.43$; $d.p.=1.47$) para o quanto a vítima se sentiu culpada.

Tabela 3 -Valores da Média e do Desvio Padrão para todas as condições experimentais para Variável O Quanto a Vítima se Sentiu Culpada de acordo com categoria experimental.

		M	d. p.	
Controlável	Excepcional	Agressão Física	3.00	1.45
		Insulto	2.75	1.41
	Normal	Agressão Física	2.55	1.36
		Insulto	2.95	1.70
N. Controlável	Excepcional	Agressão Física	2.45	1.28
		Insulto	2.35	1.39
	Normal	Agressão Física	2.25	1.25
		Insulto	1.65	1.04
Todos os Grupos		2.49	1.40	

O Quanto a Vítima se Sentiu Arrependida

Verificaram-se diferenças estatisticamente significativas utilizando o Teste Kruskal-Wallis (KW=20.91; p=0.00) relativamente à ordem das médias sobre a classificação dos sujeitos em relação ao quanto a vítima se sentiu arrependida. O grupo 4 (Situações Controlável, Excepcional e Agressão Física) apresentou uma ordem de médias superior em relação aos outros grupos (M=3.65; d.p.=1.46) com Mean Rank=102.80. O Grupo 6 (Situações Não Controlável, Normal e Insulto) apresentou uma ordem de médias inferior aos restantes grupos (M=1.85; d.p.=1.14) com Mean Rank=48.80. O valor médio para “o quanto a vítima se sentiu arrependida foi M=2.91 com d.p=1.50, tendo a classificação oscilado entre 1 e 5.

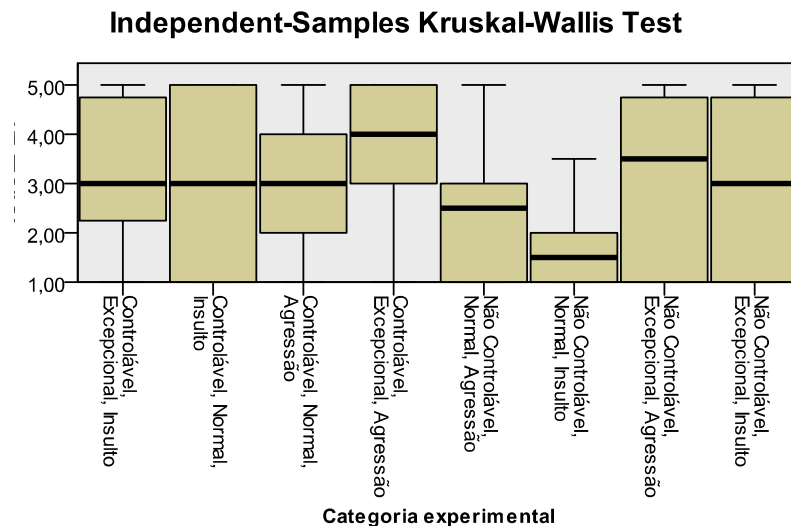


Figura 3: Gráfico do Teste Kruskal-Wallis para Amostras Independentes para a variável o quanto a vítima se sentiu arrependida.

Verificou-se para a variável independente Controlabilidade, diferenças estatisticamente significativas utilizando o teste Mann-Whitney ($U=2400.00$; $p=0.05$) para a média de classificações sobre o quanto a vítima se sentiu arrependida, sendo que a situação controlável apresentou uma média de valores superior ($M=3.24$; $d.p=1.47$) às da situação não controlável ($M=2.56$; $d.p=1.46$) indicando que os sujeitos consideram que numa situação controlável, as vítimas se sentirão tendencialmente mais arrependidas do que as vítimas numa situação não controlável.

Também se verificou para a variável independente Normalidade, diferenças estatisticamente significativas utilizando o teste Mann-Whitney ($U=2285.50$; $p=0.001$) para a média de classificações sobre o quanto a vítima se sentiu arrependida, sendo que a situação excepcional apresentou uma média de valores superior ($M=3.29$; $d.p=1.49$) às da situação normal ($M=2.53$; $d.p=1.42$) indicando que os sujeitos consideram que numa situação excepcional, as vítimas se sentirão tendencialmente mais arrependidas do que as vítimas numa situação normal.

Não se verificaram diferenças estatisticamente significativas para a variável independente agressão física utilizando o teste Mann-Whitney ($U=3033.00$; $p=0.56$) entre a agressão física ($M=2.98$; $d.p=1.47$) e o insulto ($M=2.84$; $d.p=1.54$) para o quanto a vítima se sentiu arrependida.

Tabela 4 - *Valores da Média e do Desvio Padrão para todas as condições experimentais para Variável O Quanto a Vítima se Sentiu Arrependida de acordo com categoria experimental.*

		M	d. p.	
Controlável	Excepcional	Agressão Física	3.65	1.46
		Insulto	3.30	1.30
	Normal	Agressão Física	2.90	1.37
		Insulto	3.10	1.71
N. Controlável	Excepcional	Agressão Física	3.10	1.62
		Insulto	3.10	1.59
	Normal	Agressão Física	2.25	1.12
		Insulto	1.85	1.14
Todos os Grupos		2.91	1.50	

Gravidade do Tipo de Crime

Verificaram-se diferenças estatisticamente significativas utilizando o Teste Kruskal-Wallis (KW=24.88; $p=0.00$) relativamente à ordem das médias sobre a classificação dos sujeitos em relação à gravidade do tipo de crime. Os grupos 3 (Situações Controlável, Normal, Agressão Física) e 4 (Situações Controlável, Excepcional e Agressão Física) apresentaram uma ordem de médias superior em relação aos outros grupos. Os valores do grupo 3 foram (M=4.20; d.p.=1.01) com Mean Rank=97.05 enquanto para o grupo 4 foram (M=4.30; d.p.=0.80) com Mean Rank=99.20. O Grupo 2 (Situações Controlável, Normal e Insulto) apresentou uma ordem de médias inferior aos restantes grupos (M=3.10; d.p.=1.29) com Mean Rank=54.72. O valor médio para as atribuições sobre a gravidade do tipo de crime foi M=3.81 com d.p.=1.14, tendo a classificação oscilado entre 1 (nada grave) e 5 (muito grave).

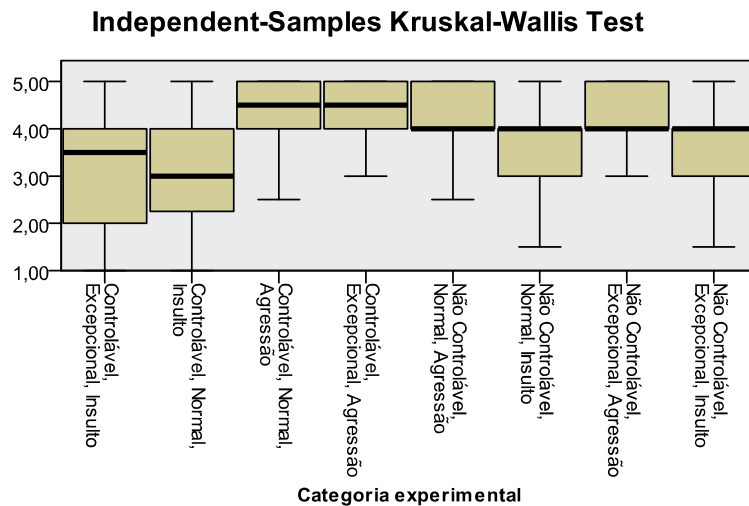


Figura 4: Gráfico do Teste Kruskal-Wallis para Amostras Independentes para a Gravidade do Tipo de Crime de acordo com a categoria experimental.

Não se verificaram diferenças estatisticamente significativas para a variável independente controlabilidade utilizando o teste Mann-Whitney ($U=3374.50$; $p=0.53$) entre a situação controlável ($M=3.73$; $d.p.=1.22$) e a situação não controlável ($M=3.89$; $d.p.=1.04$) para a gravidade do tipo de crime.

Também não se verificaram diferenças estatisticamente significativas para a variável independente normalidade utilizando o teste Mann-Whitney ($U=3091.50$; $p=0.70$) entre a situação excepcional ($M=3.85$; $d.p.=1.10$) e a situação normal ($M=3.76$; $d.p.=1.17$) para a gravidade do tipo de crime.

Verificaram-se no entanto para a variável independente tipo de crime, diferenças estatisticamente significativas utilizando o teste Mann-Whitney ($U=1842.50$; $p=0.00$) para a média de classificações sobre a gravidade do tipo de crime, sendo que a Agressão Física apresentou uma média de valores superior ($M=4.25$; $d.p.=0.83$) às do insulto ($M=3.36$; $d.p.=1.22$) indicando que os sujeitos consideram que a agressão física é será mais grave do que o insulto.

Tabela 5 - *Valores da Média e do Desvio Padrão para todas as condições experimentais para Variável a Gravidade do Tipo de Crime de acordo com categoria experimental*

		M	d. p.	
Controlável	Excepcional	Agressão Física	4.30	0.80
		Insulto	3.30	1.30
	Normal	Agressão Física	4.20	1.01
		Insulto	3.10	1.29
N. Controlável	Excepcional	Agressão Física	4.25	0.72
		Insulto	3.55	1.19
	Normal	Agressão Física	4.25	0.85
		Insulto	3.50	1.15
Todos os Grupos		3.81	1.14	

Responsabilidade do Autor do Acto Pelo Sucedido

Verificaram-se diferenças estatisticamente significativas utilizando o Teste Kruskal-Wallis (KW=23.45; p=0.00) relativamente à ordem das médias sobre a classificação dos sujeitos acerca da responsabilidade do autor do acto pelo sucedido. Os grupos 3 (Situações Controlável, Normal, Agressão Física), grupo 4 (Situações Controlável, Excepcional e Agressão Física), grupo 5 (Situações Não Controlável, Normal e Agressão Física) e grupo 7 (situações: Não Controlável, Excepcional e Agressão Física) apresentaram uma ordem de médias superior em relação aos outros grupos. Os valores do grupo 3 foram (M=4.40; d.p.=0.99) com Mean Rank=93.58, para o grupo 4 foram (M=4.45; d.p.=0.83) com Mean Rank=94.35, para o grupo 5 (M=4.40; d.p.=0.99) com Mean Rank=93.58 e para o grupo 7 (M=4.55; d.p.=0.69) com Mean Rank=97.70. O Grupo 2 (Situações Controlável, Normal e Insulto) apresentou uma ordem de médias inferior aos restantes grupos (M=3.20; d.p.=1.28) com Mean Rank=48.88. O valor médio para as atribuições sobre a responsabilidade do autor do acto foi M=4.06 com d.p.=1.15, tendo a classificação oscilado entre 1 (nada grave) e 5 (muito grave).

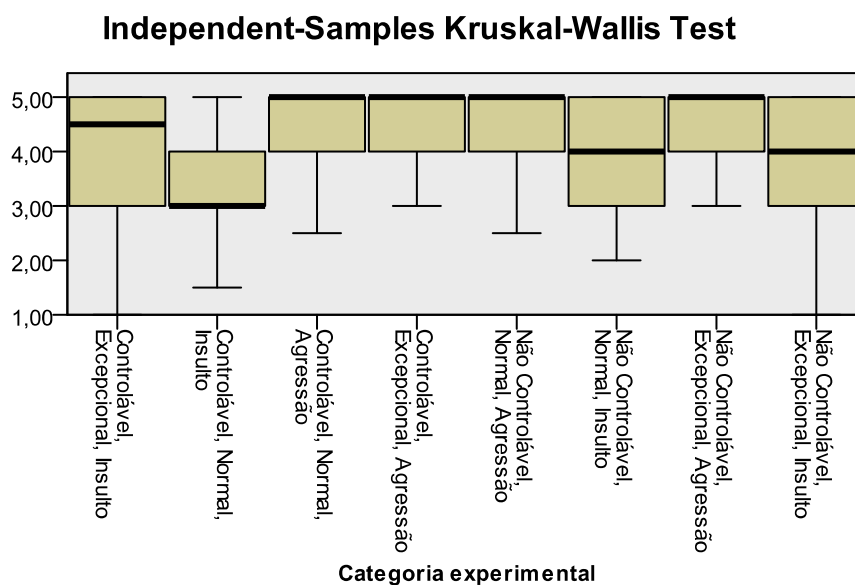


Figura 5: Gráfico do Teste Kruskal-Wallis para Amostras Independentes para a atribuição de responsabilidade ao autor do acto de acordo com a categoria experimental.

Não se verificaram diferenças estatisticamente significativas para a variável independente controlabilidade utilizando o teste Mann-Whitney ($U=3306.00$; $p=0.70$) entre a situação controlável ($M=4.01$; $d.p.=1.21$) e a situação não controlável ($M=4.11$; $d.p.=1.10$) para a responsabilidade do autor do acto pelo sucedido.

Também não se verificaram diferenças estatisticamente significativas para a variável independente normalidade utilizando o teste Mann-Whitney ($U=2911.50$; $p=0.29$) entre a situação excepcional ($M=4.15$; $d.p.=1.13$) e a situação normal ($M=3.98$; $d.p.=1.18$) para a responsabilidade do autor do acto pelo sucedido.

Verificaram-se no entanto para a variável independente tipo de crime, diferenças estatisticamente significativas utilizando o teste Mann-Whitney ($U=2056.00$; $p=0.00$) para a média de classificações sobre a responsabilidade do autor do acto, sendo que a Agressão Física apresentou uma média de valores superior ($M=4.45$; $d.p.=0.87$) às do insulto ($M=3.68$; $d.p.=1.27$) indicando que os sujeitos atribuíram mais responsabilidade ao autor do acto pelo sucedido nos casos em que ocorreu agressão física do que nos casos em que ocorreu uma situação de insulto.

Tabela 6 - Valores da Média e do Desvio Padrão para todas as condições experimentais para Variável a Responsabilidade do Autor do Acto Pelo Sucedido de acordo com categoria experimental.

			M	d. p.
Controlável	Excepcional	Agressão Física	4.45	0.83
		Insulto	4.30	1.30
	Normal	Agressão Física	4.40	0.99
		Insulto	3.20	1.28
N. Controlável	Excepcional	Agressão Física	4.55	0.69
		Insulto	3.60	1.35
	Normal	Agressão Física	4.40	0.99
		Insulto	3.90	1.07
Todos os Grupos			4.06	1.15

Responsabilidade da vítima pelo sucedido

Não se verificaram-se diferenças estatisticamente significativas utilizando o Teste Kruskal-Wallis (KW=13.06; p=0.07) relativamente à ordem das médias sobre a classificação dos sujeitos em relação à responsabilidade da vítima pelo sucedido. O valor médio para a culpa da vítima foi M=2.39 com d.p=1.29, tendo a classificação oscilado entre 1 (Nada Responsável) e 5 (Totalmente Responsável).

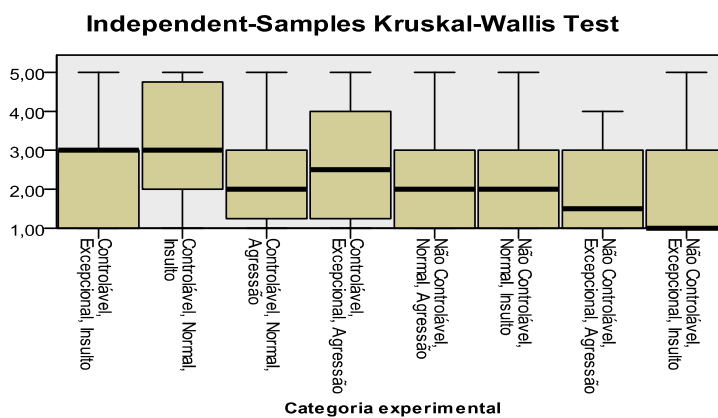


Figura 6: Gráfico do Teste Kruskal-Wallis para Amostras Independentes para a atribuição de responsabilidade do sucedido à vítima de acordo com a categoria experimental

Verificaram-se para a variável independente Controlabilidade, diferenças estatisticamente significativas utilizando o teste Mann-Whitney ($U=2466.50$; $p=0.01$) para a média de classificações sobre o quanto os sujeitos consideraram a vítima como sendo responsável pelo sucedido, sendo que a situação controlável apresentou uma média de valores superior ($M=2.66$; $d.p.=1.34$) às da situação não controlável ($M=2.13$; $d.p.=1.18$) indicando que os sujeitos atribuíram mais responsabilidade à vítima numa situação controlável do que numa situação não controlável.

Não se verificaram diferenças estatisticamente significativas para a variável independente normalidade utilizando o teste Mann-Whitney ($U=3551.50$; $p=0.22$) entre a situação excepcional ($M=2.26$; $d.p.=1.25$) e a situação normal ($M=2.53$; $d.p.=1.32$) para a responsabilidade da vítima pelo sucedido.

Também não se verificaram diferenças estatisticamente significativas para a variável independente Tipo de Crime utilizando o teste Mann-Whitney ($U=3518.50$; $p=0.26$) entre a agressão física ($M=2.26$; $d.p.=1.20$) e o insulto ($M=2.53$; $d.p.=1.37$) para a responsabilidade da vítima pelo sucedido.

Tabela 7 - Valores da Média e do Desvio Padrão para todas as condições experimentais para Variável Responsabilidade da Vítima Pelo Sucedido de acordo com categoria experimental.

		M	d. p.	
Controlável	Excepcional	Agressão Física	2.65	1.35
		Insulto	2.50	1.24
	Normal	Agressão Física	2.30	1.22
		Insulto	3.20	1.47
N. Controlável	Excepcional	Agressão Física	1.95	1.10
		Insulto	1.95	1.23
	Normal	Agressão Física	2.15	1.09
		Insulto	2.45	1.32
Todos os Grupos		2.39	1.29	

Numero de Pensamentos Contrafactuais gerados pelos sujeitos

Verificaram-se diferenças estatisticamente significativas utilizando o Teste Kruskal-Wallis (KW=15.59; $p=0.03$) relativamente à ordem das médias sobre o número de pensamentos contrafactuais gerados pelos sujeitos após a leitura do caso. Os grupos 3 (Situações Controlável, Normal, Agressão Física), grupo 4 (Situações Controlável, Excepcional e Agressão Física) e o grupo 5 (Situações Não Controlável, Normal e Agressão Física), apresentaram uma ordem de médias superior de pensamentos contrafactuais. Os valores do grupo 3 foram (M=2.15; d.p.=1.23; Mean Rank=100.25), para o grupo 4 foram (M=1.95; d.p.=1.10; Mean Rank=94.75) e para o grupo 5 (M=2.25; d.p.=2.00; Mean Rank=91.88). O Grupo 2 (Situações Controlável, Normal e Insulto) apresentou o valor mais baixo de ordem de médias de pensamentos contrafactuais em relação aos restantes grupos (M=1.00; d.p.=0.73; Mean Rank=57.75). O valor médio para o número de pensamentos contrafactuais gerados pelos sujeitos foi M=1.66 com d.p.=1.33, tendo a classificação oscilado entre 0 e 7 pensamentos contrafactuais.

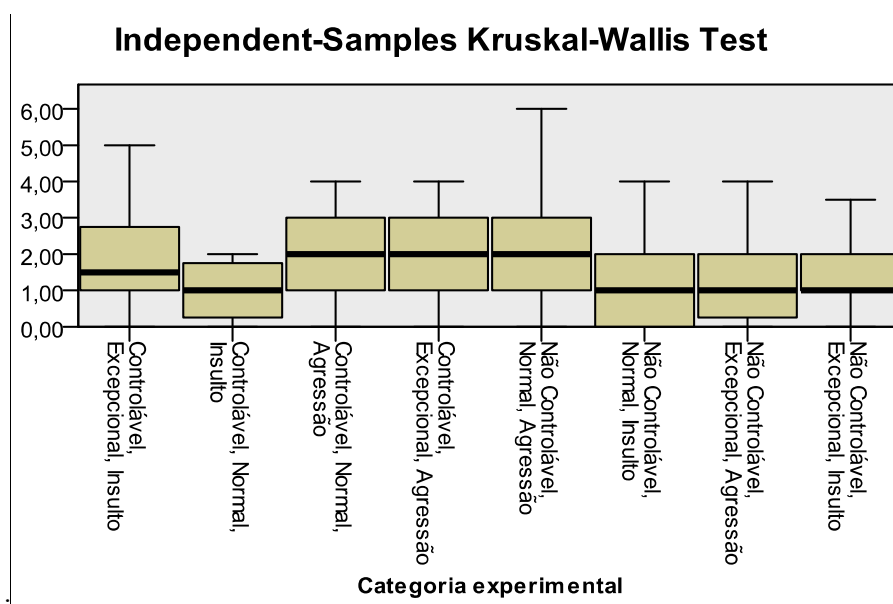


Figura 7: Gráfico do Teste Kruskal-Wallis para Amostras Independentes para o número de pensamentos contrafactuais de acordo com a categoria experimental.

Não se verificaram diferenças estatisticamente significativas para a variável independente controlabilidade utilizando o teste Mann-Whitney ($U=2909.00$; $p=0.31$) entre a situação controlável (M=1.73; d.p.=1.21) e a situação não controlável (M=1.60; d.p.=1.45) no que diz respeito ao número de pensamentos contrafactuais gerados pelos sujeitos.

Não se verificaram diferenças estatisticamente significativas para a variável independente Normalidade utilizando o teste Mann-Whitney ($U=3062.00$; $p=0.63$) entre a situação excepcional ($M=1.68$; $d.p.=1.21$) e a situação normal ($M=1.65$; $d.p.=1.45$) no que diz respeito ao número de pensamentos contrafactuais gerados pelos sujeitos.

Verificaram-se no entanto para a variável independente tipo de crime, diferenças estatisticamente significativas utilizando o teste Mann-Whitney ($U=2479.50$; $p=0.01$) para a média de classificações sobre o número de pensamentos contrafactuais gerados pelos sujeitos, sendo que a Agressão Física apresentou uma média de valores superior ($M=1.93$; $d.p.=1.42$) às do insulto ($M=1.40$; $d.p.=1.19$) indicando que os sujeitos geraram mais pensamentos contrafactuais na situação de agressão física do que na situação de insulto.

Tabela 8 - Valores da Média e do Desvio Padrão para todas as condições experimentais para Variável Número de Pensamentos Contrafactuais gerados pelos sujeitos.

			M	d. p.
Controlável	Excepcional	Agressão Física	1.95	1.10
		Insulto	1.80	1.44
	Normal	Agressão Física	2.15	1.23
		Insulto	1.00	0.73
N. Controlável	Excepcional	Agressão Física	1.35	1.09
		Insulto	1.60	1.19
	Normal	Agressão Física	2.25	2.00
		Insulto	1.10	0.98
Todos os Grupos			1.66	1.33

DISCUSSÃO

Após uma análise qualitativa do conteúdo dos pensamentos contrafactuais atribuídos à vítima pelos sujeitos no que diz respeito à sua direcção, constatou-se que todos os 229 pensamentos contrafactuais registados tinham a *direcção upward*, ou seja, todos eles apontavam para um cenário alternativo à realidade mais positivo do que os factos ocorridos. Este dado está de acordo com as hipóteses colocadas por Markman, Gavansky, Sherman & McMullen, (1993) cit. por Roese & Olson, (1995); Gavansky & Wells (1989); Landman & Manis, 1992), quando afirmaram que os contrafactuais *upward* são gerados mais frequentemente depois de um fracasso, do que de um acontecimento bem sucedido. De facto no caso exposto aos sujeitos neste estudo, quer na situação de Agressão Física, quer na situação de Insulto, o consequente era sempre negativo com a vítima a ser agredida física ou verbalmente. É natural que de acordo com o acima exposto, os sujeitos tenham produzido contrafactuais upward com um desfecho alternativo mais positivo do que a realidade, em ordem a evitar que se repitam acontecimentos desagradáveis ou para melhorar performances futuras, que corresponde à função preparativa dos pensamentos contrafactuais referida Markman, et. al. (1993) cit. por Roese & Olson, (1995). Verifica-se que, tendo em conta o evitamento de situações desagradáveis no futuro, nota-se no conteúdo dos pensamentos contrafactuais produzidos, a referência às três variáveis independentes: Normalidade com 68 pensamentos contrafactuais, Controlabilidade com 99 pensamentos contrafactuais e Tipo de Crime com 62 pensamentos contrafactuais. Os pensamentos contrafactuais conferem um sentido de controlo sobre os eventos da vida, que nos dá a confiança de continuar a agir apesar da adversidade (Roese 2005).

Os pensamentos contrafactuais upward podem dar esperança às pessoas de conseguirem alcançar sucesso no futuro, simplesmente por alterarem uma estratégia que podia ter tido um efeito positivo para uma situação específica no passado (Sherman & McConnel, 1995), sendo que no caso específico apresentado aos sujeitos, no qual a decisão de ignorar a avaria do carro, ou decidir ir para casa por um caminho diferente do usual, gerou contrafactuais upward, que se referiram especificamente em alterar estes dois tipos de decisões imaginando um resultado melhor.

Os Grupos experimentais nº 3 (Situações Controlável, Normal, Agressão Física) e nº 4 (Situações Controlável, Excepcional, Agressão Física) revelaram a maior diferença estatisticamente significativa, relativamente à ordem das médias sobre o número de pensamentos contrafactuais gerados pelos sujeitos após a leitura do caso, nos quais os denominadores comuns foram a situação controlável e o crime de agressão física. De acordo com Giroto et al. (1991),

Kahneman & Miller (1986) e Roese & Olson (1995) seria de esperar que a geração de pensamentos contrafactuais fosse maior numa situação Controlável, Excepcional com o crime de Agressão Física e de facto foi isso mesmo que se verificou para o grupo 4.

Os denominadores comuns aos Grupos 3 e 4 são a Situação Controlável e a Agressão Física. Tendo em conta que para a Agressão Física, existe uma percepção generalizada de uma gravidade superior dos crimes Físicos em relação aos crimes morais que se reflecte na diferença de penas criminais em que estes incorrem (Anexo B). Esta percepção aparenta estar ligada às consequências mais graves dos crimes Físicos, porque a violação de integridade pessoal é em teoria maior nos crimes físicos, por este motivo a maior parte das pessoas tende mais facilmente a ignorar um insulto, como demonstram os resultados para esta variável dependente. O crime físico envolve uma violação de espaço vital com danos físicos, que é entendida pela maior parte dos sujeitos como mais ameaçadora do eu, do que um crime de insulto que não implica dor física. Por isso uma agressão tenderá a causar mais angústia e mal estar (Maria 2004). Os resultados demonstram que dos três factores, em estudo foi a Controlabilidade que gerou mais pensamentos contrafactuais (99 Pensamentos Contrafactuais focados especificamente na Controlabilidade), como foi acima referido. Estes dados estão de acordo com Giroto et. al. (1991) quando refere que as situações controláveis despertam mais pensamentos contrafactuais porque permitem mais possibilidades do que poderia ter sido de outra forma, do que situações não controláveis, em relação às quais as vítimas não teriam nenhum poder de alterar. A Controlabilidade em si, actua como um factor de disponibilidade contrafactual, gerando mais recursos cognitivos sobre o que poderia ter sido (Roese et al., 1995). Costuma-se dizer que, quando se está consciente de um perigo eminente e se ignora esse perigo, a pessoa está a ser negligente, e com essa negligência está de certa forma a propiciar a ocorrências negativas. É Costume pensar que em situações controláveis, as coisas só ocorrem porque alguém o permite, porque não fez o que estava em seu poder para o impedir (Langer 1982).

O quanto a Vítima se sentiu mal

Os grupos 4 (Situações Controlável, Excepcional e Agressão Física) e 7 (Situações Não Controlável, Excepcional e Agressão Física) verificaram diferenças estatisticamente significativas relativamente à ordem de médias sobre o quanto a Vítima se sentiu mal. Estima-se por hipótese que o cenário no qual ocorre uma situação controlável, excepcional e um crime Físico, irá gerar uma maior disponibilidade cognitiva para a geração de pensamentos contrafactuais, maiores reacções emocionais e sentimentos negativos, em relação a cenários que tenha situações não controláveis, normais e com um crime moral, de acordo com com Giroto et al. (1991);

Kahneman & Miller (1986) e Roese & Olson (1995). O Grupo 4 cumpriu este pressuposto em relação às três condições experimentais salientes (Situações Controlável, Excepcional e Agressão Física) sobre as diferenças estatisticamente significativas sobre o quanto a vítima se sentiu mal. No Grupo 7 não se verificou uma situação controlável como seria de esperar, mas uma situação não controlável, mas partilha com o Grupo 4 a situação excepcional e o crime de agressão física, tendo sido estas duas variáveis que se destacaram nas diferenças estatisticamente significativas na frequência das médias sobre as atribuições sobre o quanto a vítima se sentiu mal.

O teste Mann Whitney só revelou diferenças estatisticamente relevantes entre grupos experimentais para ao factor Tipo de Crime sendo que a Agressão Física apresentou uma média de valores superiores do que o Insulto para as atribuições sobre o quanto a vítima se sentiu mal. Estes resultados estão de acordo com Maria (2004), que demonstram que os crimes físicos têm tendencialmente um impacto mais grave a vários níveis sobre as vítimas, tendo por isso uma moldura penal também mais agravada (Anexo B). Por consequência torna-se expectável que as vítimas de agressão física se sintam pior do que aquelas que são vítimas de insulto. É fácil de compreender que um crime de agressão física seja percebido como sendo mais grave do que um crime de insulto como foi dito anteriormente, e que gere mais atribuições de mal estar à vítima, no entanto é mais difícil de demonstrar a especificidade de factores desencadeadores de disponibilidade contrafactual nestas atribuições, como a controlabilidade e a normalidade. Ainda assim não podemos excluir a sua influência acerca as diferenças estatisticamente significativas na frequência das médias sobre as atribuições sobre o quanto a vítima se sentiu mal na análise para o grupo 4.

O quanto a Vítima se sentiu Culpada

Nenhum dos 8 grupos experimentais se distinguiu revelando diferenças estatisticamente significativas utilizando o teste Kruskal Wallis, no entanto de acordo com o Teste Mann Whitney, o factor controlabilidade teve médias de classificações mais elevadas para a situação controlável do que para a situação não controlável. Estes dados estão de acordo com a hipótese que pressupõe que situações controláveis irão gerar mais atribuições de culpa após à baixa mutabilidade do antecedente, o conseqüente tende a ser visto como inevitável (Catellani et al., 2005); (Giroto et al., 1991); (Kahneman & Tversky, 1982).

O teste Mann Whitney não revelou diferenças estatisticamente significativas para os factores Normalidade e tipo de crime. De acordo com Kahneman & Miller (1986) e Kahneman & Tversky (1982) seria de esperar que uma situação excepcional, como no caso em questão em que

a vítima escolhe um caminho diferente do usual, despoletasse mais atribuições de culpa, tendo em conta a disponibilidade contrafactual para um conseqüente diferente, se a vítima tivesse optado pelo caminho de casa usual. Uma possível explicação que poderia colocar-se como hipótese para estudos futuros em relação à razão pela qual os sujeitos não fizeram atribuições de culpa acerca do comportamento da vítima diferenciadas pela situação excepcional e pela situação normal, pode prender-se com o facto dos sujeitos terem eventualmente considerado, que independentemente do caminho escolhido para ir para casa, estava fora do controlo vítima ser atacada quer num caminho excepcional quer no caminho normal e que o carro poderia avariar quer num caminho quer no outro. O foco da questão poderia estar como hipótese na disponibilidade contrafactual, que considerações acerca da controlabilidade da situação, como arranjar previamente a avaria do carro, despertaram nos sujeitos, desviando a atenção da variável normalidade.

O Quanto a Vítima se Sentiu Arrependida

O Grupo 4 (Situações Controlável, Excepcional e Agressão Física) apresentou diferenças estatisticamente significativas relativamente à ordem das médias sobre a classificação dos sujeitos em relação ao quanto a vítima se sentiu arrependida utilizando o Teste Kruskal Wallis, que de acordo com Giroto et al. (1991); Kahneman & Miller (1986) e Roese & Olson (1995) postulado na Hipótese que situações nas quais ocorre uma situação controlável, Excepcional e um crime Físico, irá gerar uma maior disponibilidade cognitiva para reacções emocionais e sentimentos negativos, em relação a cenários que tenham situações não controláveis, normais e com um crime moral. Acrescentando a esta hipótese, o Grupo 6 (Situações Não Controlável, Normal e Insulto) apresentou uma ordem de médias inferior aos restantes grupos sobre o quanto a vítima se sentiu arrependida.

O Teste Mann Whitney verificou diferenças estatisticamente significativas para os factores controlabilidade e normalidade, sendo que tanto na situação Controlável e na situação Excepcional, foram apresentadas médias de classificações sobre o quanto a vítima se sentiu arrependida superiores, respectivamente às situações Não Controláveis e Normais. As diferenças estatisticamente significativas para o arrependimento em situações controláveis estão de acordo com Giroto et al. (1991) são mais geradoras de sentimentos de arrependimento. Por outro lado o facto da situação excepcional também ter gerado mais sentimentos de arrependimento em relação à situação normal, está de acordo com os estudos dos aurores Kahnman & Miller (1986) e Kahneman & Tversky (1982), sendo que a excepcionalidade com variável geradora de

disponibilidade contrafactual em direcção à normalidade, intensifica a reacção emocional que provoca, deixando a vítima mais perturbada, sendo suposto sentir um maior grau de arrependimento.

Espera-se portanto que ocorra uma activação cognitiva superior em situações Controláveis e excepcionais, sendo por isso coerente que o Grupo 4 se tenha destacado pelas atribuições de arrependimento por parte da vítima, que é consentâneo com os estudos de Giroto et al. (1991) sobre a Controlabilidade e a Normalidade. No caso específico apresentado aos sujeitos, a vítima tinha conhecimento da avaria no seu carro, e ainda assim arriscou seguir por um caminho diferente para ir para casa, gerando alternativas contrafactuais ao sucedido que apontam para a vítima, como um agente que facilmente poderia ter evitado a situação, se tivesse precavido a avaria tomando uma decisão diferente, e com isto gerando maiores atribuição de arrependimento por parte da vítima. A vítima poderia ter escolhido ter mandado arranjar o seu carro e este não teria avariado. A vítima poderia ter escolhido dirigir-se a casa pelo caminho usual, e ter evitado o encontro inesperado com o agressor.

Gravidade do Tipo de Crime

Os Grupos 3 (Situações Controlável, Normal, Agressão Física) e Grupo 4 (Situações Controlável, Excepcional e Agressão Física) verificaram diferenças estatisticamente significativas relativamente à ordem de médias da atribuição da gravidade do Crime usando o Teste Kruskal Wallis. O Grupo 4 acima referido está de acordo com a hipótese que afirma que em situações nas quais ocorre uma situação controlável, Excepcional e um crime Físico, os leitores do caso irão gerar uma maior disponibilidade cognitiva para a geração de pensamentos contrafactuais, maiores reacções emocionais e sentimentos negativos, em relação a cenários que tenha situações Não Controláveis, Normais (Giroto et al., 1991); (Kahneman & Tversky, 1982). Neste caso específico com uma situação controlável, excepcional e com crime de agressão física, geraria reacções emocionais mais fortes capazes de influenciar a ordem das médias da atribuição da gravidade do crime. O Grupo 3 não verificou esta hipótese na totalidade, porque o cenário deste grupo apesar de apresentar uma situação controlável e um crime Físico, apresenta uma situação normal, uma vez que a vítima decidiu tomar o caminho usual para ir para casa. Poderíamos especular em relação ao Grupo 3, que a Normalidade para as atribuições da Gravidade do Crime, não seria tão preponderante como as contribuições das variáveis Controlabilidade e Tipo de Crime. Não foi no entanto o objectivo deste estudo medir a influência específica de cada variável

em eventuais efeitos de interacção, no entanto será de ter em conta como pressuposto válido para futuros estudos, medir o contributo específico de cada variável para a ordem das médias.

O Teste Mann-Whitney revelou diferenças estatisticamente significativas sobre as atribuições da Gravidade do Crime entre os grupos experimentais em relação ao tipo de crime, sendo que a Agressão Física foi considerada mais grave tendo em conta a média dos valores, do que o Insulto. De acordo com o acima referido a percepção dos sujeitos está de acordo com a percepção da sociedade em geral de acordo com a “Lei”, uma vez que por causa das eventuais consequências e danos mais graves dos crimes físicos em relação aos insultos, as penas e coimas reservadas aos primeiros, são mais gravosas do que as penas reservadas aos segundos (Anexo B).

Responsabilidade do Autor do Acto Pelo Sucedido

Catellani et al. (2005 (1995) referem que uma das áreas de interesse e aplicação do estudo do Pensamento Contrafactual, está ligada à área legal relativamente aos julgamentos de atribuição de culpa por parte dos agentes judiciais, e em como certas variáveis sobre o que poderia ter sido podem afectar os julgamentos na justiça relativos à atribuição de culpa. É portanto de relevante interesse poder analisar uma variável acerca da responsabilidade do autor do acto pelo sucedido, assim como a responsabilidade da vítima pelo sucedido.

Os grupos 3 (Situações Controlável, Normal, Agressão Física), grupo 4 (Situações Controlável, Excepcional e Agressão Física), grupo 5 (Situações Não Controlável, Normal e Agressão Física) e grupo 7 (situações: Não Controlável, Excepcional e Agressão Física) apresentaram diferenças estatisticamente significativas de frequência das médias. Seria de esperar que as diferenças estatisticamente significativas de frequência das médias se focasse no grupo 4 por apresentar uma situação controlável, excepcional e um crime de agressão física, e apesar do facto do teste Kruskal-Wallis ter de facto revelado diferenças significativas para o grupo 4, também se registou esse atributo em relação aos grupos 3, 5 e 7. Em comum os grupos 3, 4, 5 e 7 só partilham o crime de agressão física, e este facto invalida a hipótese citada anteriormente acerca da relevância do grupo 4 da condição experimental envolvendo o caso com uma situação controlável, excepcional e com o crime de agressão física.

A relevância do factor Tipo de Crime comum aos grupos 3, 4, 5 e 7, é realçada pelo Teste Man-Whitney U Test uma vez que este factor foi o único a revelar diferenças estatisticamente significativas entre grupos experimentais sendo que os sujeitos atribuíram mais responsabilidade ao autor do acto em situações de agressão física do que em situações de insulto. Podemos deduzir que a gravidade do crime assumiu neste caso a preponderância nas atribuições de

responsabilidade ao autor do acto. Apesar do código penal imputar uma pena ou castigo para quem for culpado do crime de insulto (Anexo B), é um facto da nossa sociedade, que poucas pessoas são julgadas e consideradas culpadas pelo crime de insulto. O mais comum e equivalente seria o crime de difamação. Poder-se ia de acordo com Maria (2004), em relação à caracterização de vítimas ideais ou culpadas, que os sujeitos nos casos em que ocorre o insulto, podem considerar que a vítima fez algo para provocar tal situação, ou que o autor do acto se encontrava bêbado. Em qualquer destas situações, pressupõe-se uma desculpabilização do autor do acto. Tal não aconteceu em relação ao crime de agressão física, que pelas consequências mais graves para a vítima, não beneficiou dessas atenuantes acerca da responsabilidade do agressor.

Podemos ponderar como hipótese para futura investigação, que a razão pela qual os factores Controlabilidade e Normalidade não foram relevantes na atribuição de responsabilidade ao autor do acto, poderá eventualmente ficar a dever-se ao facto das duas variáveis acima referidas estarem mais ligadas a aspectos relevantes do campo de decisão da vítima em termos de disponibilidade contrafactual, focando a acção nas decisões desta e respectivas atribuições de responsabilidade.

Responsabilidade da vítima pelo sucedido

Nenhum dos grupos experimentais de acordo com o Teste Kruskal-Wallis se destacou na atribuição de responsabilidade à vítima pelo sucedido, e no geral por toda a amostra as atribuições de culpa foram baixas.

Apenas o factor Controlabilidade obteve valores estatisticamente significativos entre grupos experimentais sobre a atribuição de culpa à vítima no teste Mann-Whitney, sendo que esta foi considerada como tendo tido mais culpada na situação controlável do que na situação não controlável. Estes dados estão de acordo com a hipótese que pressupõe que situações controláveis tendem a gerar maior disponibilidade cognitiva para a geração de pensamentos contrafactuais, sentimentos de culpa e sentimentos de mal-estar, do que situações não Controláveis perante um cenário com consequências negativas (Giroto et al., 1991; Kahnemam & Tversky, 1982). Este resultado vai de encontro ao estudo de Roese et al. (1995) quando afirma que antecedentes controláveis possuem uma maior mutabilidade, o que por sua vez tendo em conta a disponibilidade contrafactual para pensamentos alternativos sobre o que poderia ter sido, criam a oportunidades para que as atribuições de culpa á vítima sejam maiores. Tal facto está ligado a um maior domínio e controlo para proveito próprio em relação ao qual, se ocorre uma decisão na qual se abdica da prerrogativa de se manipular a situação, a vítima coloca-se numa

posição por influência própria, em que pode sofrer consequências negativas fora do seu controlo, quando estas poderiam ter sido evitadas tivesse havido uma decisão diferente. Por isto uma vítima envolvida num acontecimento que tenha corrido mal terá tendência a manifestar mais sentimentos de culpa, tendo em conta o grau de controlabilidade percebido sobre a situação ((Giroto et al. 1991).

O Teste Mann-Whitney não revelou diferenças significativas entre grupos experimentais para o tipo de crime no que diz respeito à atribuição de responsabilidade à vítima por parte dos sujeitos. O mesmo aconteceu no que diz respeito ao Teste Mann-Whitney em relação à variável normalidade, não se tendo encontrado diferenças significativas entre a situação excepcional e a situação normal entre grupos experimentais em relação à atribuição de responsabilidade à vítima. Giroto et al. (1991) já tinha afirmado que por vezes até eventos normais e controláveis podem ser mais passíveis de ser alterados do que eventos excepcionais mas incontroláveis. Consideramos que este pode ser um dos motivos pelo qual o factor excepcionalidade não assume um papel significativo quando comparada com o factor controlabilidade.

Conclusão

O objectivo principal deste trabalho propunha-se analisar o impacto dos factores Controlabilidade, Normalidade e Tipo de Crime na geração de pensamentos contrafactuais, atribuições sobre os sentimentos da vítima e sobre as atribuições de culpa tanto sobre o autor do acto e sobre a vítima. Os resultados indicam que estes três factores têm de facto impacto sobre as variáveis acima descritas, embora a sua relevância e abrangência tenda a diferir de acordo com a especificidade da variável dependente em análise sobre as quais o factor específico se aplica. Notou-se no entanto que em variáveis focadas na vítima, o factor controlabilidade assumiu mais preponderância no que diz respeito a valores estatisticamente significativos entre grupos.

Consideramos a abrangência deste trabalho em termos da heterogeneidade das variáveis que pretendia estudar levantou questões que só poderiam ser investigadas em estudos posteriores, uma vez que as limitações do presente estudo não permite responder às novas suposições que surgiram. Esta situação teria sido mais controlada se tivesse havido menos variáveis a analisar. Com isto pretendemos dizer que um estudo que se foca apenas numa variável, terá tendencialmente a capacidade de explorar melhor um objecto de estudo menos abrangente.

Em certas situações o factor controlabilidade aparenta assumir uma influência maior sobre a reacção dos sujeitos do que o factor normalidade. Seria interessante como hipótese de

estudo para futuras investigações, analisar em que contextos e sobre que variáveis o factor controlabilidade assume preponderância sobre o factor normalidade, e em que contextos e variáveis é que tal não se verifica.

É também notório que o pensamento contrafactual pode influenciar certo tipo de decisões jurídicas e a forma em como as vítimas e os autores dos actos são vistos pela justiça. Seria interessante como hipótese de estudo, submeter à avaliação de agentes judiciais, casos já julgados na justiça, mas manipulando factores como a controlabilidade e a excepcionalidade, que foram já estudados que influenciam a opinião dos observadores sobre o comportamento das vítimas, para se verificar se certos agentes alterariam as decisões judiciais prévias e se admitem em si, poder ser vítimas de algum tipo de enviesamento nas suas decisões, não estando conscientes das vicissitudes do Pensamento Contrafactual.

Para finalizar como referem (Cooke & Meyvis (2001) os contrafactuais são uma componente inerente à escolha, e as consequências de cada escolha traduzem-se por emoções geradoras por pensamentos contrafactuais. As várias escolhas na vida produzem graus de satisfação que estão dependentes dos contrafactuais que elaboramos na nossa mente.

REFERÊNCIAS

- Bower, G. H., & Morrow, D. G. (1990). *Mental models in narrative comprehension*. Science, New Series. Vol. 247, No. 4938 , pp. 44-48
- Burguess, A. W., & Holmstrom, L. (1994). Rape: Crisis and recovery. Bowie MD: Brady In N. J. Roese. (Eds) *The functional basis of counterfactual thinking*. (pp. 197-169) Journal of personality and social psychology 66(5), 805-818.
- Catellani, P., & Milesi, P. (2005). When the social context frames the case: Counterfactuals in the courtroom. In D. R. Mandel, D. J. Hilton & P. Catellani (Eds). *The psychology of counterfactual thinking* (pp. 183-198). New York: Routledge
- Cooke, A. D. J., Meyvis, T. & Schwartz, A. (2001). *Avoiding Future Regret in Purchase-Timing Decisions*, Journal of Consumer Research 27
- Davis, C. G., Lehman, D. R. (1995). Counterfactual thinking and coping with traumatic life events. In N. J. Roese, & J. M. Olson (Eds.), *What might have been: The social psychology of counterfactual thinking* (pp. 353-374). New Jersey: Lawrence Earlbaum Associates, Inc.
- Davis, C. G., Lehman, D. R., Wortman, C. B., Silver, R. C. & Thompson, S. C. (1995). The undoing of traumatic life events. In N. J. Roese, & J. M. Olson (Eds.), *What might have been: The social psychology of counterfactual thinking*. New Jersey: Lawrence Earlbaum Associates, Inc.
- Gavanski, I., Wells, G. L. (1989). *Counterfactual processing of normal and exceptional events*. Journal of Experimental Social Psychology, 25, 314-325
- Giroto, V., Legrenzi, P., & Rizzo, A. (1991). *Event controlability in counterfactual thinking*. Acta Psychologica, 78, 111-1333
- Gleicher, F., Boninger, D. S., Strathman, A., Armor, D., & Ahn, Mina. (1995). With an eye toward the future: The impact of counterfactual thinking on affect, attitudes, and

- behaviour. In N. J. Roese, & J. M. Olson (Eds.), *What might have been: The social psychology of counterfactual thinking* (pp. 199-231). New Jersey: Lawrence Earlbaum Associates, Inc.
- Goodman, N. (1983). *Fact, fiction, and forecast* (4th ed.). Cambridge, MA: Harvard University Press.
In N. J. Roese (1997). *Counterfactual Thinking*, Psychological Bulletin 121: 48-133.
- Kahneman, D., Miller, D. T. (1986). *Norm theory: comparing reality to its alternatives*. Psychological Review, 93, 136-153
- Kahneman, D., Tversky, A. (1982). The simulation heuristic. In D. Kahneman, P. Slovic, & A. Tversky, (Eds.), *Judgement under uncertainty: Heuristics and biases* (pp. 201-208). New York. Cambridge University Press.
- Kasimatis, M., & Wells, G. L. (1993). *Individual differences in counterfactual thinking*. In N. J. Roese, & J. M. Olson (Eds.), (1995) *What might have been: The social psychology of counterfactual thinking* (pp. 199-231). New Jersey: Lawrence Earlbaum Associates, Inc.
- Landman, J. (1987). *Regret and elation following action and inaction: affective responses to positive versus negative outcomes*, Personality and Social Psychology Bulletin 13: 36-524.
- Landman, J., & Manis (1992). *What might have been: Counterfactual thought concerning personal decisions*. British Journal of Psychology
- Langer, E. J. (1992). The Illusion of Control. In D. Kahneman, P. Slovic, & A. Tversky, (Eds.), *Judgement under uncertainty: Heuristics and biases* (pp. 201-208). New York. Cambridge University Press.
- Lebow, R. N. & Stein, J. G. (1996). *Back to the Past: Counterfactuals and the Cuban Missile Crisis*, in P. E. Tetlock and A. Belkin, eds., *Counterfactual Thoughts Experiments in World Politics*. Princeton, NJ: Princeton University Press
- Maria, S. G. (2004) *Mulheres Sobreviventes de Violação*. Lisboa: Livros Horizonte

- Maroco, J. (2010). *Análise estatística com utilização do SPSS* (3ª ed.). Lisboa: Edições Sílabo
- Markman, K. D., Gavansky, I., Sherman, S. J., & McMullen, M. N. (1993). *The mental simulation of better and worse possible worlds*. *Journal of Experimental Social Psychology*. Pag. 29, 87-109.
- Martins, A. C. (2000). *Questionário de investigação pensamento contrafactual* (anexo A)
- Macrae, C. N., Milne, A. B & Griffiths, R. J. (1993). (Eds), *Counterfactual thinking and the perception of criminal behaviour*. *British Journal of Psychology*
- Miller, D. T. & McFarland, C. (1986). *Counterfactual thinking and victim compensation: A test of norm theory*. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 12, 513-519. Cit N. J. Roese, & J. M. Olson, (1995), *What might have been: The social psychology of counterfactual thinking*. New Jersey: Lawrence Earlbaum Associates, Inc.
- Miller, D. T., Turnbull, D & McFarland, C. (1990). Counterfactual thinking and social perception: Thinking about what might have been, In M. P. Zana (ed.) *Advances in Experimental Social Psychology* (vol. 23, pp. 31-305), Orlando, FL: Academic Press.
- McGill, A. L., & Klein, J. G., (1993). *Contrastive and counterfactual thinking in causal judgement*. *Journal of Personality and Social Psychology*, 64, 897-905
- N'Gbala, A. & Branscombe, N. R. (1995). *Mental simulation and causal attribution: when simulating an event does not affect fault assignment*, *Journal of Experimental Social Psychology*, 31: 139-62, Cit B. A. Spellman, A. P. Kincannon & S. J. Stone, *The relation between counterfactual and causal reasoning*. (2005). In D. R. Mandel, D. J. Hilton & P. Catellani, (Eds) *The Psychology of Counterfactual Thinking*. Oxon: Routledge
- Roese, N. J. (1994). *The functional basis of counterfactual thinking*, *Journal of personality and social psychology* 66(5), 818-805.
- Roese, N. J., & Olson, J. M. (1995). *What might have been: The social psychology of counterfactual thinking*. New Jersey: Lawrence Earlbaum Associates, Inc.

- Roese, N. J., & Olson, J. M. (1997). Counterfactual thinking: The intersection of affect and function, In M. P. Zanna (ed.) *Advances in experimental social psychology* (vol. 29, pp. 1-59), San Diego, CA: Academic Press.
- Roese, N. J. (2005). *If Only – How to turn regret into opportunity*. New York: Broadway Books
- Seelau, E. P., Seelau, S. M., Wells, G. L., & Windschitl, P. D. (1995). *Counterfactual Constraints*. In N. J. Roese, & J. M. Olson (Eds.), *What might have been: The social psychology of counterfactual thinking* (pp. 199-231). New Jersey: Lawrence Earlbaum Associates, Inc.
- Senos, J., Rocha, T. A. (1998). *Counterfactual reasoning and context: the affective function of downward counterfactuals*. In A. N. Quelhas, & F. Pereira (Eds.), *Cognition and context* (235-250). Lisboa: Instituto Superior de Psicologia Aplicada
- Sherman, S. J., McConnell, A. R. (1995) Dysfunctional Implications of Counterfactual Thinking: When alternatives to Reality Fail us. In N. J. Roese, & J. M. Olson (Eds.), *What might have been: The social psychology of counterfactual thinking* (pp. 199-231). New Jersey: Lawrence Earlbaum Associates, Inc.
- Stokols, D. (1987). *Handbook of Enviromental Psychology Volume 2*. New York: John Wiley
- Taylor, S. E., & Brown, J. D. (1988). *Illusion and well-being: A social psychological perspective on mental health*. *Psychological Bulletin*, 103, 193-210.
- Taylor, S. E., Wood, J. V., & Lichtman, R. R. (1983). It could be worse: Selective evaluation as a response to victimization. *Journal of social issues*, 39, 19-40
- Zanna, M. (1990). *Advances in experimental social psychology* (vol. 23), New York: Academic Press.

ANEXO

A

ANEXO

B

QUESTIONÁRIO

O presente questionário destina-se à recolha de dados para a realização de uma monografia de fim de curso que versa sobre a opinião pública acerca de vários tipos de crimes.

Venho, assim, solicitar-lhe que responda às questões que nele lhe são colocadas, usando, para tal, da máxima espontaneidade e sinceridade.

Dado que não se trata de um teste de conhecimentos, não existem respostas certas nem erradas. É a opinião daqueles que se prestem a colaborar que, de facto, conta.

Devo acrescentar que as suas respostas serão mantidas em total anonimato e confidencialidade.

QUERO MANIFESTAR-LHE, DESDE JÁ, OS MEUS SINCEROS AGRADECIMENTOS!

Começo por lhe pedir que leia o caso que a seguir lhe apresento:

X é uma jovem que frequenta, em regime nocturno, o 3^o ano da faculdade.

No dia 21 de Fevereiro dirigiu-se para casa após as aulas. Contudo, desta vez, decidiu variar e deslocou-se por um caminho diferente daquele que tem adoptado sempre ao longo destes 3 anos.

O seu automóvel encontrava-se com uma avaria mecânica, facto que X desconhecia.

A dada altura o carro “foi abaixo”.

X saiu do carro para abrir o capôt. Nesse momento, foi surpreendida por um homem que saiu do carro que vinha atrás e a insultou.

- **Pergunto-lhe agora:**



- O que sente em relação a X?

• Solidariedade

--	--	--	--	--

Muita Nenhuma

• Ódio

--	--	--	--	--

Muito Nenhum

• Compreensão/Empatia

--	--	--	--	--

Muita Nenhuma

• Raiva

--	--	--	--	--

Muita Nenhuma

• Simpatia

--	--	--	--	--

Muita Nenhuma

• Repugnância

--	--	--	--	--

Muita Nenhuma

• Compaixão

--	--	--	--	--

Muita Nenhuma

• Desprezo

--	--	--	--	--

Muito Nenhum

- E em relação ao agente, ao autor do acto, o que sente?

• Solidariedade

--	--	--	--	--

Muita Nenhuma

• Ódio

--	--	--	--	--

Muito Nenhum

• Compreensão/Empatia

--	--	--	--	--

Muita Nenhuma

• Raiva

--	--	--	--	--

Muita Nenhuma

• Simpatia

--	--	--	--	--

Muita Nenhuma

• Repugnância

--	--	--	--	--

Muita Nenhuma

• Compaixão

--	--	--	--	--

Muita Nenhuma

• Desprezo

--	--	--	--	--

Muito Nenhum

- Como acha que X se sentiu após o que lhe aconteceu?

- Mal

--	--	--	--	--

Muito Nada
- Triste

--	--	--	--	--

Muito Nada
- Angustiado

--	--	--	--	--

Muito Nada
- Culpado

--	--	--	--	--

Muito Nada
- Com medo

--	--	--	--	--

Muito Nada
- Arrependido

--	--	--	--	--

Muito Nada
- Com azar

--	--	--	--	--

Muito Nada
- Revoltado

--	--	--	--	--

Muito Nada

- E você, como se sente depois de ter lido o caso?

- Indiferente/Na mesma

--	--	--	--	--

Muito Nada
- Triste

--	--	--	--	--

Muito Nada
- Mal

--	--	--	--	--

Muito Nada
- Preocupado(a)

--	--	--	--	--

Muito Nada
- Impressionado(a)

--	--	--	--	--

Muito Nada

- Para si, o ocorrido é:

Muito grave				Nada grave

- Em que medida considera que o autor do acto é responsável pelo sucedido?

Totalmente responsável				Nada responsável

- E quanto a X, em que medida acha que ela é responsável por aquilo que lhe aconteceu?

Totalmente responsável				Nada responsável

- Em sua opinião, o agente é:

Totalmente culpado				Totalmente inocente

- Dos factores a seguir enumerados diga, por favor, em que medida considera que cada um deles constituiu uma causa do sucedido?

- Perturbação psicológica do agente

--	--	--	--	--

Muito Nada

- Facto de X estar sózinha

--	--	--	--	--

Muito Nada

- Características do local

--	--	--	--	--

Muito Nada

- A avaria do carro

--	--	--	--	--

Muito Nada

- Características pessoais do agente

--	--	--	--	--

Muito Nada

- Azar

--	--	--	--	--

Muito Nada

- Alcoolismo/Toxicoddependência

--	--	--	--	--

Muito Nada

- Características pessoais de X

--	--	--	--	--

Muito Nada

✂.....

Antes de terminar por completo gostaria, ainda, que me fornecesse alguns dados pessoais, dados esses que não porão em causa o anonimato nem a confidencialidade que já lhe assegurei.

Sexo: Feminino

Masculino

Idade: _____ anos

Ano que frequenta: _____ ano

Trabalha? SIM - Qual a sua profissão? _____

NÃO

Já alguma vez foi vítima deste tipo de crime? SIM

NÃO

NÃO PRETENDO RESPONDER

Conhece alguém, pessoalmente, que já tenha sido vítima deste tipo de crime?

SIM

NÃO

NÃO PRETENDO RESPONDER

UMA VEZ MAIS, MUITO OBRIGADO!